AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SIDÓNIO PAIS

PROJETO EDUCATIVO

2016-2019

"MAIS E MELHOR ESCOLA PÚBLICA"

 $CF_{\parallel} = \frac{1}{2} \left[\hat{A} \left(\hat{A} \right) \left(\hat{A} \right) + \hat{A} \right] \left(\hat{A} \right) + \hat{A} \left(\hat{A}$

Índice

I - INTRODUÇÃO	4
1. Enquadramento legislativo.	5
2. Metodologia de elaboração	5
II - CONTEXTUALIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO	6
1.1. A Região do Alto Minho	6
1.1.1. Território e População	6
1.1.2. Educação e Qualificação	8
1.1.3. Potencialidades e desafios	11
1.2. O Concelho de Caminha	11
1.2.1. História	11
1.2.1. Território e População	12
1.3. Agrupamento de Escolas Sidónio Pais	15
1.3.1. Instalações e equipamentos	19
1.3.2. Pessoal docente	20
1.3.3. Pessoal não docente	21
1.3.4. Alunos	22
1.3.5. Resultados Escolares	25
1.3.6. Pais e Encarregados de Educação e Associações de Pais	25
1.3.7. Oferta educativa e ensino articulado	27
1.3.8. Critérios de constituição de turmas	27
1.3.9. Educação Sexual	27
1.3.10. Parcerias	28

III – VISÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	29
1. Visão e valores	29
2. Objetivos estratégicos	29
IV - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	30
1.1.Análise externa	30
1.1.1.Pontos Fortes	31
1.1.2.Áreas de Melhoria	31
2. Análise interna	32
V – PLANO DE AÇÃO	33
OBJETIVO GERAL A1 - MELHORAR OS RESULTADOS ACADÉMICOS E O SUCESSO EDUCATIVO	33
OBJETIVO GERAL A2 - CONSOLIDAR OS RESULTADOS SOCIAIS	40
OBJETIVO GERAL A3 - REFORÇAR O RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE	42
OBJETIVO GERAL B1- APERFEIÇOAR O PLANEAMENTO E A ARTICULAÇÃO	45
OBJETIVO GERAL B2- MELHORAR PRÁTICAS CURRICULARES	51
OBJETIVO GERAL B3- MELHORAR A MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGENS	
OBJETIVO GERAL C1- PROSSEGUIR O MODELO DE LIDERANÇA	64
OBJETIVO GERAL C2- CONSOLIDAR PRÁTICAS DE GESTÃO	69
OBJETIVO GERAL C3- REFORÇAR A CULTURA DE AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA	75
VI– IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO	78
Instrumentos de implementação	78
2. Avaliação e Divulgação do PE	78
VII - REFERÊNCIAS	79

I - INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios que hoje se coloca à Escola é o de ser capaz de responder às constantes mudanças que se operam na sociedade e ser o motor das transformações que em consequência se tornam necessárias, ao mesmo tempo que deve afirmar a sua própria identidade, reconhecendo e potenciando as suas características próprias colocando-as ao serviço das grandes finalidades do sistema educativo, criando assim condições que permitam igualdade de oportunidades a todos os cidadãos no exercício pleno do direito ao acesso à educação consagrado na Constituição da República Portuguesa.

É neste contexto e no quadro dos princípios e das normas enunciados pela lei, que cabe ao Agrupamento de Escolas Sidónio Pais (AESP) o papel de elaborar um Projeto Educativo próprio que lhe permita reforçar a democratização do seu funcionamento, interagir com o meio, expressar a sua identidade, as linhas de força da sua ação educativa e as suas dinâmicas pedagógicas, concretizando desta forma a sua autonomia e a salvaguarda da qualidade do serviço público de educação. O Projeto Educativo é assim um documento estruturante de toda a ação educativa, constituindo um instrumento de planeamento estratégico que deve espelhar a missão e a visão do Agrupamento, os seus objetivos estratégicos, a sua cultura organizacional, os seus valores, normas e convições, mas também uma ambição e um ideal mobilizador da ação de toda a comunidade educativa.

Com esse desígnio, o AESP concebeu o seu Projeto Educativo de forma a constituir um conjunto de decisões articuladas, partilhadas pela sua equipa educativa, visando dotar de maior coerência a sua atuação, concretizando as orientações curriculares de âmbito nacional, em propostas de organização e de intervenção pedagógico-didática, adequadas ao contexto específico da Comunidade onde se insere. A ação educativa desenvolvida por este Agrupamento tem como primordial centro de atenção os seus alunos sobre quem, com sensibilidade e sentido de responsabilidade, converge todo o trabalho desenvolvido, em resultado do qual, não obstante constrangimentos e novos desafios com que constantemente nos deparámos, será possível, com a resiliência e a participação de todos os intervenientes no processo educativo, dotar as crianças e os jovens do AESP com os conhecimentos, as capacidades e competências necessárias para desempenharem, com dignidade, o seu papel de cidadãos de pleno direito na Sociedade onde se integram.

Desta forma, para o horizonte temporal 2016-2019, o **Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais** pretende estabelecer um contrato entre os diversos atores e parceiros da comunidade educativa, tendo por base um compromisso entre diferentes conceções, sensibilidades e perspetivas, ao mesmo tempo que constitui um verdadeiro plano estratégico que consagra a sua orientação educativa e através do qual se pretende operacionalizar um modelo de gestão com a máxima autonomia e sentido de responsabilidade social tendo por objetivo ser cada vez "*MAIS E MELHOR ESCOLA PÚBLICA*" ao serviço da Comunidade.

1. Enquadramento legislativo

O conceito de Projeto Educativo de Escola surgiu pela primeira vez com a publicação do Decreto-Lei 43/89, de 3 de Fevereiro, acabando por ser definitivamente consagrado pelo Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de Maio. Mais recentemente, no quadro do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei nº137/2012, de 2 de julho e nos termos do (artigo 9º, 1a), o Projeto Educativo de Escola é definido como o documento:

"que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa".

Foi com este enquadramento de princípios e normas legais que foi desenvolvido o processo de construção do Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, no qual foi adotada a metodologia que a seguir se descreve.

2. Metodologia de elaboração

O Agrupamento de Escolas Sidónio Pais — resultado da fusão dos Agrupamentos de Escolas Coura e Minho e Vale do Âncora — reúne a totalidade dos estabelecimentos de ensino públicos do concelho de Caminha. No início do ano letivo de 2015/2016, em reunião do Conselho Pedagógico do Agrupamento, foi constituído um Grupo de Trabalho com a missão de preparar uma proposta do Projeto Educativo, a ser debatido no seio do agrupamento e aprovado no início do ano letivo seguinte, de modo a vigorar no triénio 2016-2019. O Grupo de Trabalho foi constituído tendo em conta a representatividade dos vários corpos constituintes do Agrupamento — professores, alunos, auxiliares, encarregados de educação —, bem como dos diversos níveis de ensino, do pré-escolar ao ensino secundário. Por decisão tomada na sua reunião inicial, subdividiu-se este grupo em quatro grupos setoriais, que por razões de eficiência trabalharam separadamente aspetos diversos do documento, reunindo-se periodicamente em plenário para fazer o ponto de situação. Por decisão tomada na reunião plenária inicial, a metodologia adotada por cada um dos grupos setoriais para a elaboração das suas propostas de texto, assentou na: (a) análise documental — da legislação; dos projetos educativos anteriores dos dois agrupamentos objeto de fusão; dos resultados das mais recentes inspeções e avaliações externas do agrupamento; de outra documentação, (b) análise estatística — dos dados reunidos no âmbito da avaliação interna e externa dos anos mais recentes. Na fase final do processo, após consulta dos departamentos curriculares, o Conselho Pedagógico avocou a si a versão final do documento a levar posteriormente pela Diretora a aprovação do Conselho Geral do agrupamento.

II - CONTEXTUALIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

1.1. A Região do Alto Minho

1.1.1. Território e População

O Alto Minho estende-se por uma área de 2210 Km² correspondendo à NUT III do Minho-Lima e engloba, para além de Caminha, mais nove municípios, a saber, Valença, Monção, Melgaço, Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo, nos quais, segundo dados do INE referentes a 2013, residem 240.134 cidadãos.

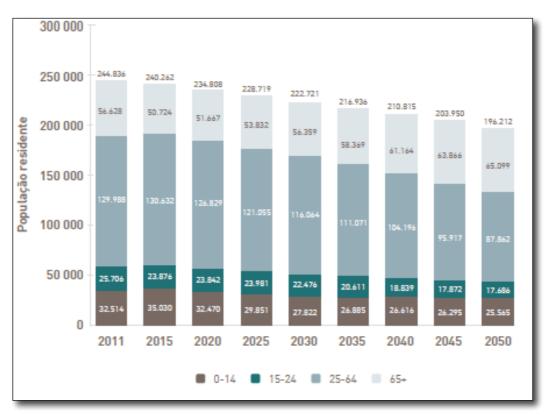
NUTS e Concelhos	Área (2013)	População Residente	Densidade Populaci-		nto Popula- onal	Jovens (0-14	Maiores de 64	Índice de Envelhecimen-	Saldo Migratório
		(2013)	onal (2013)	1991-	2001-	anos)	anos	to (2013)	2013
	- 2		· · · · · · · · · · · · · · · · · ·	2001	2013	(2013)	(2013)		
	km ²	Indivíduos	Hab./km ²	%	%	%	%	n°	n°
Portugal	92.225,2	10.427.301	113,1	4,5	0,3	14,6	19,9	136,0	-36.232
Região Norte	21.285,9	3.644.195	171,2	5,3	-1,4	14,3	17,9	125,3	-15.730
Alto Minho	2.218,9	240.134	108,2	-0,1	-4,1	12,7	23,3	183,6	-697
Arcos de Valdevez	447,6	22.142	49,5	-7,7	-10,2	11,0	31,6	286,9	-17
Caminha	136,5	16.417	120,3	4,6	-3,9	12,0	23,6	197,5	-36
Melgaço	238,3	8.804	37,0	-9,1	-11,7	9,2	36,6	396,4	-22
Monção	211,3	18.836	89,1	-7,8	-5,6	10,3	28,3	274,0	25
Paredes de Coura	138,2	8.991	65,1	-8,0	-6,1	12,1	27,5	227,6	-8
Ponte da Barca	182,1	11.768	64,6	-2,0	-8,6	12,4	23,8	191,0	-42
Ponte de Lima	320,3	43.019	134,3	1,5	-3,0	14,5	20,1	138,2	-96
Valença	117,1	13.804	117,9	-3,5	-3,0	12,7	22,6	178,6	-53
Viana do Castelo	319,0	87.243	273,5	6,0	-1,8	13,3	20,1	150,9	-436
Vila Nova Cerveira	108,5	9.110	84,0	-2,4	2,0	13,1	22,6	172,1	-12

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

No período compreendido entre 2001-2013 verificou-se um decréscimo populacional de 4,1% sendo que à data do último recenseamento (2011) registaram-se 244.836 habitantes, constatando-se, por conseguinte, uma preocupante tendência de continuada diminuição da população, situação comprovada com os últimos dados estatísticos disponibilizados pela PORDATA referentes ao ano de 2014 que estimam residirem no Alto Minho, 237.990 pessoas.

Para além desta rápida quebra da população residente, os alertas sobre os inevitáveis problemas do desequilíbrio demográfico da Região são evidentes quando atendemos e conjugamos os indicadores quantitativos que a estatística nos revela relativamente à natalidade e à percentagem de jovens com menos de 14 anos, os maiores de 64, o índice de envelhecimento e o saldo migratório.

As projeções demográficas do INE nos horizontes 2020 e pós 2020, atestam esta tendência de evolutivo decréscimo populacional na região, apontando um cenário, provavelmente até demasiado otimista, de uma nova queda de 4,1% da população entre 2011 e 2020, ano em que, segundo previsão desse Instituto, o Alto Minho poderá ter uma população aquém dos 235.000 habitantes.



Projeções para a população residente no Alto Minho, por faixa etária (cenário base) — Fonte: INE 2005, projeções da população residente em Portugal e NUTS III 2000-2050

Estes dados devem despertar a nossa atenção e alertar a consciência dos decisores aos mais variados níveis para a necessidade de monitorizar constantemente quer o comportamento dos indicadores demográficos, quer a implementação da estratégia de desenvolvimento regional ALTO MINHO 2020 por forma a ajustar o planeamento da oferta de serviços e equipamentos coletivos do Alto Minho, bem como definir as prioridades

das políticas regionais e afetação de investimento a projetos de desenvolvimento que possam, direta ou indiretamente, criar condições para suster e rapidamente inverter os graves problemas demográficos desta Região:

"Num contexto em que o cenário de continuidade projeta um decréscimo populacional, a melhoria da atratividade do Alto Minho revela-se fundamental para uma estratégia que vise a retenção da população, estancando os fluxos migratórios para fora da região, principalmente aqueles que intensificam o fenómeno de esvaziamento do mundo rural e promova a captação de novos residentes....No que respeita à evolução do mercado de trabalho, a diminuição da bolsa de mão-de-obra disponível pode representar um handicap estrutural com implicações na captação de investimento e, em última análise, na própria competitividade da região."

"Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial "Alto Minho 2020" (EIDT)

1.1.2. Educação e Qualificação

A população do Alto Minho tem globalmente um nível de escolaridade mais baixo do que a média nacional de habilitações e qualificações da população em Portugal. A título de exemplo menciona-se o facto de, na região, a percentagem da população que detém pelo menos 12 anos de escolaridade estar abaixo dos indicadores deste dado estatístico na região Norte e ser inferior em cerca de 10% comparativamente com a média nacional. Do mesmo modo, o nível de qualificação dos trabalhadores do Alto Minho é globalmente baixo o que nos remete para o patamar da mão-de-obra menos qualificada no contexto nacional.

Ao nível da pré-escolarização e da escolaridade obrigatória, os dados são animadores perspetivando-se melhorias num futuro próximo destes indicadores, atendendo a que, de acordo com os dados constantes do último Anuário Estatístico da Região Norte 2014, o Alto Minho apresenta taxas brutas de escolarização muito positivas quer na educação pré-escolar, como também nos ensinos básico e secundário, respetivamente, 100,1%, 106,6% e 129,8%, números superiores à média nacional nos níveis pré-escolar e secundário e que são reduzidas as taxas de retenção e desistência no ensino básico, com média inferior a 6% dos alunos nos 1°, 2° e 3° ciclos e, simultaneamente, é superior a 87% a percentagem de conclusão no ensino secundário.

Indicadores de educação por município, 2013/2014

Unidade: %	Taxa	Taxa bruta	de escolari-	Taxa de	e retenção	e desistê	ncia no	Taxa d	e transição/cor	clusão no	Proporção
	bruta de	za	ção		ensino	básico		6	ensino secundá	irio	de mulhe-
	pré-	Ensino	Ensino	Total	1°	2°	3°	Total	Cursos	Cursos	res no
	escola-	básico	secundá-		Ciclo	Ciclo	Ciclo		gerais/	vocacio-	ensino
	rização		rio						científico-	nais	secundá-
									humanis-		rio
									ticos		
Portugal	89,8	110,3	116,3	10,0	5,0	11,4	15,1	81,5	78,9	85,8	49,4
Continente	89,6	110,1	116,9	9,8	4,8	11,2	14,9	81,8	79,1	86,2	49,3
Norte	94,4	108,6	112,8	8,5	3,9	9,1	13,4	84,4	81,6	88,6	49,8
Alto Minho	100,1	106,6	129,8	5,9	3,0	7,4	8,5	87,1	84,2	90,5	47,4
Arcos de Valdevez	94,9	103,3	126,4	7,3	3,6	11,9	8,7	86,4	86,8	86,1	49,0
Caminha	114,7	109,6	134,8	5,4	4,9	8,6	3,9	83,5	83,9	83,1	48,6
Melgaço	104,2	100,0	87,4	3,2	2,0	5,3	3,0	88,8	87,7	92,1	53,1
Monção	100,5	105,4	132,3	5,5	3,4	8,7	5,5	90,9	86,9	95,9	49,3
Paredes de Coura	94,0	99,9	100,8	5,8	4,8	6,9	6,5	92,9	88,0	95,5	41,8
Ponte da Barca	96,0	101,6	109,6	7,7	2,5	18,0	7,6	86,9	83,7	89,8	47,3
Ponte de Lima	98,0	99,6	99,5	4,7	1,2	5,5	8,3	87,6	86,0	89,0	49,6
Valença	101,2	99,4	82,0	9,5	5,7	10,6	13,9	81,7	74,7	88,7	47,6
Viana do Castelo	101,3	113,0	163,7	6,0	3,0	5,7	9,7	87,3	83,4	93,3	45,6
Vila Nova de Cerveira	92,3	114,7	98,1	6,2	1,8	6,3	10,3	85,0	81,9	90,9	54,3

Fonte: INE, I.P., Portugal, 2015, In Anuário Estatístico da Região Norte 2014

Contudo, ainda de acordo com a informação que nos é facultada pelo referido Anuário, o cenário ao nível da formação superior é muito penalizador para o Alto Minho onde o número de diplomados do ensino superior não chega a atingir os 35 jovens por cada 1000 o que contrasta com as permilagens deste indicador a nível nacional (80.5) e no Norte (73.6).

Outro não poderia ser o resultado desta avaliação, atendendo a que também é só de 17,7% a taxa de escolarização no ensino superior dos jovens alto minhotos com idades compreendidas entre os 18 e os 22 anos de idade, percentagem muito inferior às médias quer nacional, quer da região Norte onde este mesmo indicador atinge respetivamente, 34,1 % e 29,6% dos jovens nestas idades.

Indicadores de educação por município, 2013/2014 e 2014/2015

	Taxa de	Proporção de	Proporção de	Proporção o	de mulheres no	Diplomadas/os do	
	escolarização	inscritas/os em	inscritas/os	ensino	superior	ensino superior	
	no ensino	áreas C&T no	via "maiores	Alunas/os	Alunas/os	por 1 000 habitan-	
	superior	ensino superior	de 23 anos" no	inscritas/os	diplomadas/os	tes	
	(alunas/os		ensino superi-				
	com idade		or				
	entre 18 e 22						
	anos)						
			%			N.°	
		2014/2	2015		13/2014		
Portugal	32,6	28,9	6,4	53,6	59,3	77,0	
Continente	34,1	29,1	6,4	53,5	59,3	80,5	
Norte	29,6	30,2	6,1	53,9	59,9	73,6	
Alto Minho	17,7	26,6	8,4	56,1	62,7	34,4	
Arcos de Valdevez	0,0	//	//	//	//	0,0	
Caminha	0,0	//	//	//	//	0,0	
Melgaço	34,2	0,0	5,6	31,1	42,3	32,1	
Monção	0,0	//	//	//	//	0,0	
Paredes de Coura	0,0	//	//	//	//	0,0	
Ponte da Barca	0,0	//	//	//	//	0,0	
Ponte de Lima	11,4	12,4	9,1	58,6	68,3	25,0	
Valença	16,5	3,5	18,1	56,4	60,8	51,9	
Viana do Castelo	35,9	29,4	6,3	58,3	64,7	66,5	
Vila Nova de Cervei-	6,5	92,1	53,3	37,6	34,1	42,4	
ra							

Fonte: INE, I.P., Portugal, 2015. Informação disponível até 30 de setembro de 2015. In Anuário Estatístico da Região Norte 2014 [sem dados disponíveis para o concelho de Caminha]

O retrato que acaba de ser traçado revela a dimensão do problema com que se enfrenta a região relativamente ao cenário macro de educação / qualificação da população do Alto Minho e simultaneamente releva o grau de exigência do desafio que se coloca aos decisores políticos, às instituições de ensino / formação e às famílias da região no que diz respeito à urgência da melhoria significativa destes indicadores de desenvolvimento, condição " sine qua non" para elevar os níveis de competitividade, atratividade e resiliência, eixos fundamentais onde se pretende alicerçar a Estratégia de Desenvolvimento "Alto Minho 2020".

1.1.3. Potencialidades e desafios

A fileira florestal, as inúmeras atividades económicas ligadas ao mar, as energias renováveis e o setor agroalimentar com destaque para a vitivinicultura são recursos que, em conjunto com as atividades específicas do turismo balnear, turismo em espaço rural e enoturismo, proporcionam à região um diversificado leque de oportunidades de negócio e geração de riqueza que devem constituir incentivo para a atração de investimento e novas apostas empresariais.

O Alto Minho tem pois como grande desafio para o futuro, mobilizar e envolver na causa do desenvolvimento sustentável do seu território as instituições de ensino e formação que intervêm na região, nomeadamente o AESP, definindo e dirigindo as suas políticas regionais de educação/formação e qualificação dos recursos humanos consciente da importância deste potencial de desenvolvimento, bem como da necessidade de dotar os cidadãos alto minhotos de uma sólida formação cívica, apuradas competências científicas e técnicas, espírito empreendedor e promotor da investigação e inovação de forma a permitir prosseguir estratégias adequadas para VALORIZAR as pessoas e, simultaneamente, PRESERVAR, PROMOVER e RENTABILIZAR os recursos naturais e patrimoniais desta região.

1.2. O Concelho de Caminha

1.2.1. História

Caminha é um território com uma longa história cujas origens se perdem no tempo, subsistindo ainda vestígios de épocas proto e pré-históricas e sobretudo da cultura castreja. Na época romana, muitas das freguesias do concelho terão sido pontos de controlo do comércio dos metais que percorriam as águas do Rio Minho e desse período ficaram pontes, caminhos e outros monumentos. Após uma breve ocupação muçulmana, durante a reconquista cristã, como sede de um condado, teria já um castelo e era um ponto avançado na estratégia militar portuguesa na luta contra castelhanos e leoneses. Depois da nacionalidade, D. Dinis mandou aumentar as muralhas e a 24 de Julho de 1284 outorgou aos habitantes do concelho a primeira Carta de Foral. A vila conservou-se na posse da Coroa até que em 1371 D. Fernando criou o Condado de Caminha, sendo que em 1390 D. João I lhe concederia o privilégio de "porto franco", o que provocou o desenvolvimento da vida marítima e do comércio, permitindo também o início da construção da Igreja Matriz, possivelmente em 1488. D. Manuel concedeu ao município novo foral em 1 de Junho de 1512, já depois de D. Afonso V fazer senhor de Caminha a D. Henrique de Meneses, da Casa de Vila Real, nesta família se conservando até 1641 quando, com a criação de uma alcaidaria-mor, entrou na posse da Casa do Infantado até à sua extinção com o libera-lismo em 1834.

À entrada do século XX, no seio da região alto-minhota, o concelho caminhense afirmava a sua urbanidade litoral e superava os níveis de desenvolvimento nacional com 50% de trabalhadores agrícolas e 25% de ativos na indústria. A riqueza produzida, desigualmente distribuída, não era suficiente para alimentar uma população em acelerado crescimento, o que justificava a necessidade de uma forte emigração para o Brasil para escapar à miséria. Uma necessidade que se repetiria a partir da década de sessenta, quando milhares de caminhenses, à procura de trabalho, se viram forçados a emigrar para a França, a Alemanha ou o Luxemburgo, sem esquecer o Brasil que continuaria ainda por alguns anos como destino para alguns. Com as alterações políticas de ordem interna — o 25 de Abril de 1974 e o consequente fim da Guerra Colonial — e o impacto económico da crise mundial do petróleo nos anos setenta, iniciou-se um movimento de regresso de muitos caminhenses ao concelho. Para isso também contribuiu o surto de construção civil dos anos oitenta e noventa, o crescimento das atividades relacionadas com o comércio e o turismo (restauração e hotelaria), o aumento da oferta de emprego em serviços públicos (educação, saúde, autarquia, justiça e segurança) e a instalação no concelho de algumas indústrias de média dimensão.

Um estado de coisas que perdurou até há pouco mas que se encontra neste início do século XXI novamente alterado pelos efeitos conjugados da globalização mundial e da recorrente crise económica nacional, provocando a falência das poucas fábricas locais e ameaçando mesmo o comércio e os serviços. Sendo Caminha um concelho rico em termos ambientais, paisagísticos e usufruindo de variados e qualificados recursos naturais, patrimoniais e culturais, procura-se na atualidade basear a sua sustentabilidade sobretudo no turismo, principalmente na época balnear mas também ao longo do ano, já que são muitas as pessoas que escolhem a região como destino e local de segunda residência.

1.2.2. Território e População

Os vales do Rio Minho, do Rio Coura e do Rio Âncora estruturam o território do concelho de Caminha, conferindo-lhe um papel importante na sua organização. O concelho é limitado a sul pelo concelho de Viana do Castelo, a norte pelo rio Minho, a nascente pelos concelhos de Vila Nova de Cerveira e Ponte de Lima e a poente pelo Oceano Atlântico, e encontra-se geograficamente localizado num ponto estratégico de fronteira com a Espanha (Galiza), a cerca de 90 km da cidade do Porto e a 45 minutos da sua área metropolitana.

No que diz respeito à organização do território, Caminha integra desde 2009 a *Comunidade Intermunicipal do Minho–Lima* que agrupa a totalidade dos concelhos do Alto Minho. O concelho abrange uma área de 136,5 Km2 distribuída pelas suas 20 freguesias, organizadas em 14 autarquias de Freguesia: Âncora, União de Arga de Baixo, Arga de Cima e Arga de S. João, Argela, União Caminha e Vilarelho, Dem, Lanhelas, União Moledo e Cristelo, União Orbacém e Gondar, Riba de Âncora, Seixas, União Venade e Azevedo, Vila Praia de Âncora, Vilar de Mouros e Vile.

Tendo por base os últimos dados estatísticos disponibilizados pela PORDATA e igualmente mencionados no Anuário Estatístico da Região Norte, o concelho de Caminha em 2014 registava 16 248 habitantes distribuídos pelas 20 freguesias, sendo que quanto à densidade populacional, Caminha é o terceiro concelho do Minho-Lima com maior densidade, 119 habitantes por km². Registe-se que se mantém a tendência de diminuição da população que, entre 2001 e 2011, se tinha já verificado. Esta variação negativa vem contrastar com os valores verificados anteriormente, no intervalo intercensitário 1991/2001, que apresentou um crescimento populacional de 4,6%. Estamos assim perante um processo acelerado do envelhecimento, aliado ao declínio da natalidade devido às transformações económicas e sociais. Recorrendo novamente à informação estatística constante do Anuário da Região Norte e fazendo a análise da distribuição da população residente no concelho de Caminha por grupos etários pode concluir-se que a população idosa (65 ou mais anos) (23,95%) é muito superior à população jovem (0-14 anos) (11,7%). Este facto demonstra que a população do concelho tende para um progressivo envelhecimento, com uma percentagem de idosos passou de 20,3 % (2001), para 23,95 % (2014).

População	População residente por município, segundo os grandes grupos etários e o sexo em 31/12/2014									
		<u>Total</u>		9	0 a 14 anos		<u>15 a 24 anos</u>			
	HM	Н	M	HM	Н	M	НМ	Н	M	
Portugal	10 374 822	4 923 666	5 451 156	1 490 241	763 486	726 755	1 105 481	561 098	544 383	
Continente	9 869 783	4 681 840	5 187 943	1 409 482	722 236	687 246	1 038 753	526 917	511 836	
Norte	3 621 785	1 720 635	1 901 150	504 861	257 853	247 008	410 881	209 013	201 868	
Alto Minho	237 997	110 460	127 537	29 488	15 098	14 390	24 787	12 723	12 064	
Arcos de Val-	21 885	9 943	11 942	2 350	1 240	1 110	2 010	1 006	1 004	
devez										
Caminha	16 248	7 475	8 773	1 904	998	906	1 671	901	770	
Melgaço	8 670	3 811	4 859	766	384	382	741	387	354	
Monção	18 626	8 416	10 210	1 902	976	926	1 664	838	826	
Paredes de	8 898	4 221	4 677	1 058	551	507	841	467	374	
Coura										
Ponte da Barca	11 639	5 328	6 311	1 393	687	706	1 281	679	602	
Ponte de Lima	42 708	19 966	22 742	6 019	3 036	2 983	5 110	2 563	2 547	
Valença	13 664	6 334	7 330	1 684	854	830	1 360	669	691	
Viana do Cas-	86 620	40 654	45 966	11 244	5 734	5 510	9 165	4 730	4 435	
telo										
Vila Nova	9 039	4 312	4 727	1 168	638	530	944	483	461	
Cerveira										

Fonte: INE, I.P., Estimativas Provisórias da População Residente. In Anuário Estatístico da Região Norte 2014

Por outro lado, a população jovem que já tinha diminuído no concelho, no período intercensitário de 2001/2011, passando de 14,7 %, em 2001, para 12,1 %, em 2011, continua a baixar, sendo agora de 11.7% a percentagem de jovens com menos de 15 anos.

População residente por município, segundo os grandes grupos etários e o sexo em 31/12/2014

		25-64 anos	<u> </u>			65 e mais a	anos		
	НМ	Н	M		Total		75	e mais anos	
				HM	Н	M	НМ	Н	M
Portugal	5 673	2 724 899	2 949 034	2 105 167	874 183	1 230 984	1 033 635	393 731	639
Continente	933 5 388	2 585 500	2 802 709	2 033 339	847 187	1 186 152	1 000 566	382 790	904
Continente	209	2 383 300	2 802 707	2 033 337	04/10/	1 100 132	1 000 300	382 170	776
Norte	2 038 464	975 709	1 062 755	667 579	278 060	389 519	320 256	121 686	198 570
Alto Minho	127 239	60 572	66 667	56 483	22 067	34 416	30 476	11 030	19 446
Arcos de Val-	10 563	5 039	5 524	6 962	2 658	4 304	4 071	1 501	2 570
devez									
Caminha	8 781	4 084	4 697	3 892	1 492	2 400	1 978	687	1 291
Melgaço	3 959	1 829	2 130	3 204	1 211	1 993	1 920	714	1 206
Monção	9 723	4 576	5 147	5 337	2 026	3 311	2 975	1 057	1 918
Paredes de	4 525	2 246	2 279	2 474	957	1 517	1 443	525	918
Coura									
Ponte da Bar-	6 157	2 887	3 270	2 808	1 075	1 733	1 578	590	988
ca									
Ponte de Lima	22 856	10 952	11 904	8 723	3 415	5 308	4 629	1 657	2 972
Valença	7 436	3 557	3 879	3 184	1 254	1 930	1 658	582	1 076
Viana do Cas-	48 365	22 990	25 375	17 846	7 200	10 646	9 107	3 339	5 768
telo									
Vila Nova de Cerveira	4 874	2 412	2 462	2 053	779	1 274	1 117	378	739

Fonte: INE, I.P., Estimativas Provisórias da População Residente. In Anuário Estatístico da Região Norte 2014

Neste contexto, é evidente que a realidade do quadro demográfico do concelho provoca justificadas preocupações que urge transformar em estratégias de intervenção local que concorram para contrariar esta trajetória que conduzirá, inevitavelmente, a um território com elevado envelhecimento dos seus efetivos populacionais fruto dos baixos valores da natalidade e de um progressivamente fortalecimento do setor (24-65 anos) que, em consequência do aumento da esperança média de vida, provocará um cada vez maior predomínio da classe etária dos adultos/idosos, ou seja, uma população em contração.

1.3. Agrupamento de Escolas Sidónio Pais

O Agrupamento de Escolas Sidónio Pais (AESP), Caminha, resulta da agregação do Agrupamento de Escolas Coura e Minho com o Agrupamento de Escolas do Vale do Âncora, ocorrida em abril de 2013. É constituído por 3 Jardins de Infância (Vila Praia de Âncora, Âncora e Moledo), 5 EB1/JI (Caminha, Dem, Seixas, Venade, Vilar de Mouros); 4 EB1 (Lanhelas, Moledo, Vilarelho, Âncora); a Escola Básica e Secundária do Vale do Âncora e a Escola Básica e Secundária Sidónio Pais que é a escola-sede.

Não obstante a aparente proximidade entre os 14 estabelecimentos, a fraca rede de transportes escolares faz com que muitos alunos demorem mais de 30 minutos a efetuar o percurso casa/escola.

No ano letivo de 2016/2017, o Agrupamento, em virtude do encerramento da Cooperativa de Ensino Ancorensis (Vila Praia de Âncora), aumentou o número de discentes para 1638 crianças/alunos, assim distribuídos: 225 crianças na Educação Pré-Escolar (EPE); 480 no 1CEB; 275 no 2CEB; 397 no 3CEB e 261 no Ensino Secundário (ES), 42 dos quais frequentam Cursos Profissionais.

A análise socioeconómica da proveniência dos alunos revela que a maioria é oriunda de agregados familiares com acentuadas carências económicas e baixo capital escolar, o que se reflete na atribuição de subsídios da Ação Social Escolar (ASE) a cerca de 52% dos alunos.

O pessoal docente e não docente é constituído por 176 educadores/professores; 23 Técnicos Especializados (AEC, Técnico de Turismo e Psicólogo); 9 assistentes técnicos e 50 assistentes operacionais. É de realçar que 60% dos assistentes operacionais e técnicos possuem formação igual ou superior ao 9.º ano e 35% são detentores de formação de nível secundário ou superior.

Principais Órgãos do Agrupamento



Pessoal não Docente

Carla Isabel Borges Mendes Fernandes Maria do Carmo Sá de Brito

Pessoal Docente Arsénio Maximiano Calheiros

Luís Manuel Verde José Pedro Simões Ribeiro Maria Manuela Marques Oliveira Teresa Maria Mesquita Ferreira

Encarregados de Educação

Ana Sofia Fernandes

Guardão Cristina Luísa P. Xavier da Fonseca José Pedro Simões Ribeiro Maria Manuela Marques Oliveira José Valdemar Vieira

Autarquia

Rui António de Oliveira Fernandes José Miguel da Silva Lopes Gonçalves Sónia Cláudia Cubal Torres

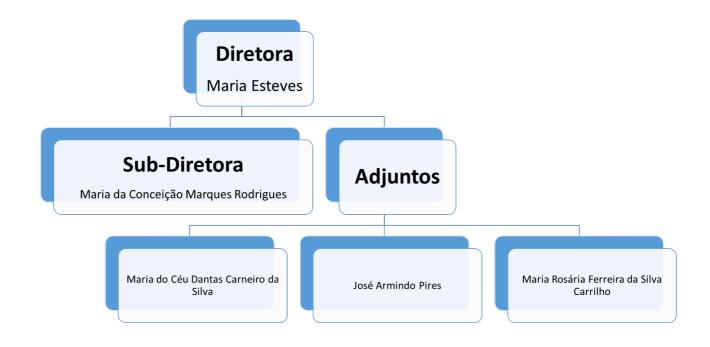
Cooptados

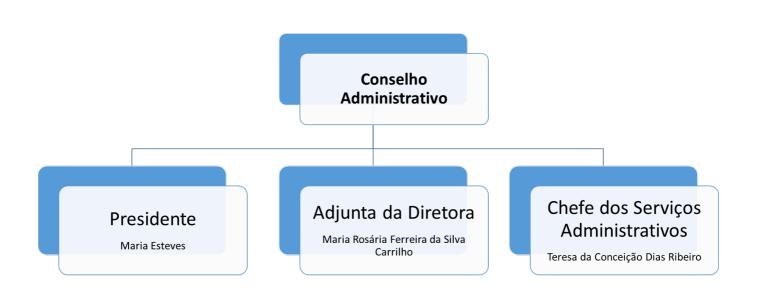
Manuel de Sousa Marques Luís Manuel C. Barreto António Brito Ribeiro

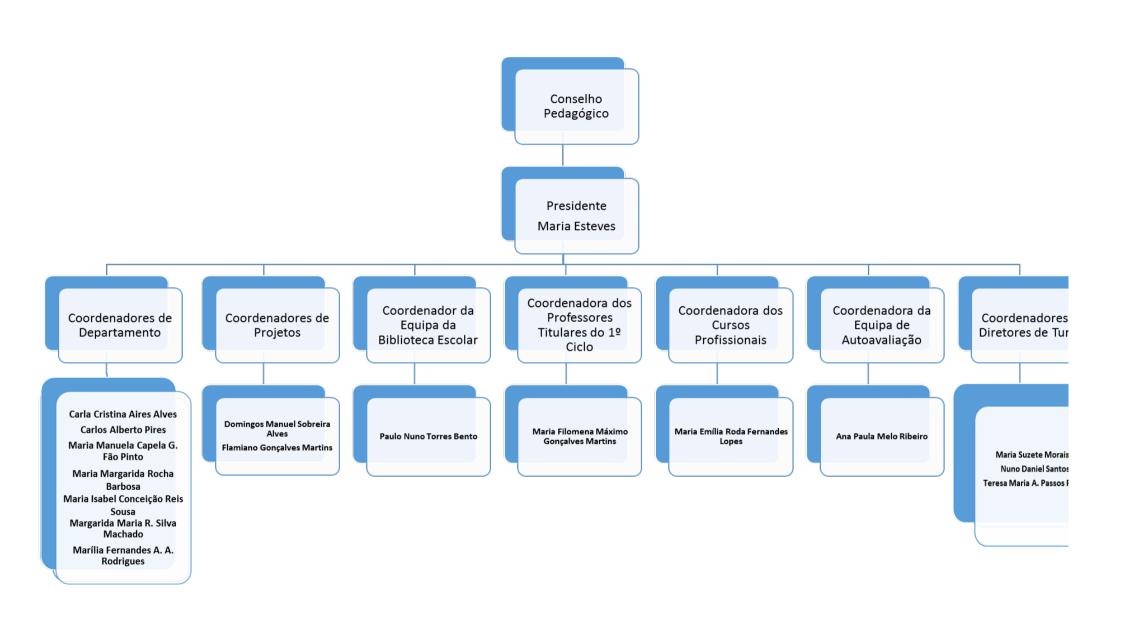
Alunos

Diretora do Agrupament

Maria Esteves







1.3.1. Instalações e equipamentos

Como atrás se adiantou, o AESP é constituído por três jardins de infância (Âncora, Moledo e Vila Praia de Âncora), nove escolas básicas e duas escolas básicas e secundárias. Em todas as escolas básicas, exceto na escola-sede, Vale do Âncora, Lage, Moledo, Vilarelho e Lanhelas, estão integrados os jardins de infância. Todas as escolas e Jardins de Infância têm refeitório. As refeições são asseguradas pelas cozinhas do Agrupamento, situadas na escola-sede, EB 1 de Dem e EBS do Vale do Âncora. Existem 3 bibliotecas escolares que desenvolvem um trabalho na promoção da leitura em todas as outras escolas. O parque informático dos jardins de infância e escolas do 1º ciclo é insuficiente em todas as escolas (exceto na EBS do Vale do Âncora) e o equipamento necessita de urgente requalificação. Só existe um pavilhão gimnodesportivo próprio na escolasede, sendo necessário nas restantes escolas recorrer a equipamentos desportivos municipais para o desenvolvimento de atividades de educação física e desporto escolar.

	Bibliotecas	Laborató- rios	Sala In- formática	Pavilhão	Sala de desenho	Refeitório	Sala Professo- res	Sala de Pessoal não Do- cente	Cozinhas
EBS Sidónio Pais	1	2	4	1	1	1	1	1	1
EBS Vale do Âncora	1	2	2			1	1	1	1
EB1/JI Caminha	1					1	1		
EB1 Moledo						1	1		
EB1/JI Seixas						1	1		
EB1/JI Dem						1	1		1
EB1 Lage						1			
EB1/JI Loução-Venade						1			
EB1 Perafita- Lanhelas						1	1		
EB1/JI Torre- V. Mouros						1			
EB1 Vilarelho						1			
JI Igreja- Âncora						1			
JI Moledo						1			
JI Vila Praia de Âncora						1	1		
TOTAIS	3	4	6	1	1	14	8	2	3

1.3.2. Pessoal docente

A educação e o ensino são assegurados por uma equipa composta por 190 docentes, dos quais 77,3% pertencem aos quadros do Agrupamento ou da zona pedagógica, sendo que 152 têm idades compreendidas entre os 40 e os 60 anos e 118 uma experiência profissional de mais de 20 anos de atividade.

Categoria		lro de amento	Quad Esc	ro de cola	_	ro de na	Contr	atado	Total
Total	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°
10	127	66,842	2	1,05	18	9,473	43	22,631	190

Dados de novembro de 2016

Número de Docentes por Idade e Tempo de Serviço (antiguidade)										
Idade\Antiguidade	Até 4 anos	Entre 5 e 9	Entre 10 e	Entre 20 e	30 ou mais	Total				
		anos	19 anos	29 anos						
Entre 30 e 40 anos	7	9	13	0	0	29				
Entre 40 e 50 anos	9	3	27	29	1	69				
Entre 50 e 60 anos	2	0	2	33	46	83				
Mais de 60 anos	0	0	0	2	7	9				
Total	18	12	42	64	54	190				

Dados de novembro de 2016

1.3.3. Pessoal não docente

O corpo de pessoal não docente é composto por 79 profissionais com contrato celebrado com o Ministério da Educação e caracterizado, no quadro seguinte, em termos de idade e tempo de serviço.

	Número	o de funcionários por vínc	ulo e categoria	
Tipo de contrato	Contrato de trabalho a	Contrato de trabalho em	Contrato a termo	Total
	termo resolutivo certo	funções públicas por	resolutivo certo a	
		tempo indeterminado	tempo parcial	
Assistente Técnico	0	8	0	8
Assistente Operacional	2	48	0	50
Coordenador Técnico	0	1	0	1
Técnico Superior	0	0	20	20
(AEC's)				
Total	2	57	20	79

Dados de novembro de 2016

Número de funcionários não docente por idade e tempo de serviço											
Idade/Antiguidade	Até 4	Entre 5 e	Entre 10 e 19	Entre 20 e 29	30 ou mais	Total					
	anos	9 anos	anos	anos	anos						
Menos de 30 anos	3	0	0	0	0	3					
Entre 30 e 40 anos	17	1	4	0	0	22					
Entre 40 e 50 anos	1	0	11	9	0	21					
Entre 50 e 60 anos	1	2	7	14	1	25					
Mais de 60 anos	0	0	2	0	6	8					
Total	22	3	24	23	7	79					

Dados de novembro de 2016

Exercem ainda funções de assistentes operacionais em várias escolas do Agrupamento mais 35 profissionais com contrato de trabalho estabelecido com a Câmara Municipal de Caminha, pelo que a estrutura de pessoal não docente do AESP é constituída por um total de 114 colaboradores, incluídos os 20 técnicos superiores a prestar serviço nas atividades de enriquecimento curricular (AEC's).

1.3.4. Alunos

No ano letivo 2016-2017, o Agrupamento é frequentado por 1655 crianças/alunos, agrupados em 106 turmas/classes, assim distribuídos: 218 crianças na Educação Pré-Escolar (EPE); 495 no 1CEB; 276 no 2CEB; 402 no 3CEB e 264 no Ensino Secundário (ES), 42 dos quais frequentam Cursos Profissionais.

Número de alunos e turmas								
Agrupamento de Escolas Sidónio Pais	Nº de alunos	N° de turmas						
	210	12						
Pré-Escolar	218	12						
Básico	1161	83						
1° Ano	119	11						
2° Ano	129	12						
3° Ano	113	10						
4º Ano	128	13						
5° Ano	145	8						
6° Ano	135	7						
7° Ano	154	9						
8° Ano	113	6						
9º Ano	134	7						
Secundário	264	11						
Regular CH	225	9						
10° Ano	67	3						
11° Ano	68	3						
12° Ano	85	3						
Profissional 11° Ano	19	1						
Profissional 12° Ano	23	1						
Total	1650	106						

Nº de alunos por escola e ciclo

Escolas/Ciclos	Pré-Esc.	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	TOTAL
Escola Básica e Secundária Sidó- nio Pais, Vilarelho, Caminha			152	234	228	614
Escola Básica e Secundária do Vale do Âncora, Vila Praia de Âncora		148	124	168	36	476
EB1/JI de Caminha	34	72				106
Escola Básica de Cruzeiro, Mo- ledo		56				56
Escola Básica de Cruzeiro, Seixas	18	12				30
Centro Escolar de Dem, Cami- nha	12	22				34
Escola Básica de Lage, Caminha		47				47
Centro Escolar de Venade, Ca- minha	20	37				57
Escola Básica de Lanhelas, Ca- minha		36				36
Centro Escolar de Vilar de Mou- ros, Caminha	15	37				52
Escola Básica de Vilarelho, Ca- minha		28				28
Jardim de Infância de Igreja, Âncora	45					45
Jardim de Infância de Moledo	44					44
Jardim de Infância de Vila Praia de Âncora	31					31
TOTAIS	219	495	276	402	264	1657

Dados de novembro de 2016

Relativamente à **ação social escolar**, à entrada do ano letivo 2016/2017, 51,89% dos alunos beneficiava de apoios, seja no escalão A, seja no escalão B da ASE, como se pode verificar no quadro abaixo.

		Número (de alunos	por escal	ão de Açã	o Social E	Escolar		
		Ano	Escalão	Escalão	Total de	Total	Total	% de	% de
			A	В	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos
					sem	com		sem ASE	com
					escalão	escalão			ASE
Pré-					218*	218*	218*	218*	
Escolar									
Básico	1º Ano		23	31	65	54	119	54,62	45,38
	2º Ano		46	34	49	80	129	37,98	62,02
	3° Ano		33	28	52	61	113	46,02	53,98
	4º Ano		26	37	65	63	128	50,78	49,22
	5° Ano		50	31	64	81	145	44,14	55,86
	6° Ano		49	24	62	73	135	45,93	54,07
	7° Ano		48	28	78	76	154	50,65	49,35
	8º Ano		33	24	56	57	113	49,56	50,44
	9º Ano		52	27	55	79	134	41,04	58,96
Secundário	10° Ano		14	20	33	34	67	49,25	50,75
	11°	Regular	13	12	43	25	68	63,24	36,76
	Ano	Profissional	4	3	12	7	19	63,16	36,84
	12°	Regular	16	20	49	36	85	57,65	42,35
	Ano	Profissional	12	5	6	17	23	26,09	73,91
Total			419	324	689	743	1432	48,11	51,89

^{*} No Pré-Escolar os escalões não têm correspondência com os escalões A e B.

Dados de novembro de 2016

1.3.5. Resultados Escolares

Os resultados escolares dos alunos do AESP demonstram a trajetória de melhoria continua que tem sido possível alcançar em todos os níveis de ensino. Os dados referentes aos últimos anos letivos (ver *Plano de Ação Estratégica do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, Caminha - Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, Junho de 2016*) ilustram, de forma comparativa com os referenciais nacionais, o que nesta matéria tem acontecido nos últimos anos letivos, importando destacar em síntese o seguinte:

- a) Globalmente as taxas de transição e conclusão, em todos os níveis, são significativamente superiores às médias nacionais correspondentes;
- b) No final dos 1° e 2° ciclos, depois de uma ligeira quebra nos anos letivos de 2013-2014 e 2014-2015, voltou a verificar-se uma melhoria dos resultados dos alunos do agrupamento;
- c) No 3º ciclo e no nível secundário as taxas de transição/conclusão têm melhorado consecutivamente nos últimos anos letivos, com especial relevo para o ensino secundário.

Destaque-se ainda a excelente posição que ocupa o AESP nos rankings que são elaborados por vários órgãos de comunicação social de referência tendo em conta os resultados dos exames nacionais do ensino secundário e as provas finais de ciclo do ensino básico partindo da informação que é disponibilizada pelo Júri Nacional de Exames. No ensino básico foram analisadas as provas de 6º e 9º anos de Português e Matemática e no ensino secundário são contabilizados os exames realizados pelos alunos internos.

Em síntese afirma-se que sendo obviamente motivo de satisfação os bons níveis de desempenho que têm sido alcançados, em matéria de resultados escolares, as ambições do AESP são norteadas por um ideal que consiste em alcançar a meta, difícil mas não utópica, do sucesso pleno de todos os alunos que frequentam este agrupamento.

1.3.6. Pais e Encarregados de Educação e Associações de Pais

Os dados relativos à formação académica dos pais e das mães dos alunos do ensino básico e do ensino secundário revelam que, respetivamente, 19% e 17% têm formação superior e que 22% e 20% possuem o ensino secundário. Quanto à ocupação profissional, exercem atividades profissionais de nível superior e intermédio 45,6% dos pais/mães dos alunos do ensino básico, sendo esta percentagem de 25,6% no caso dos alunos do ensino secundário.

Habilitações de Pais e Encarregados de Educação										
		EPE			Básico		Secundário			
	Mãe	Pai	Total	Mãe	Pai	Total	Mãe	Pai	Total	TOTAL
Doutoramento					2	2		2	2	4
Mestrado	6	3	9	15	8	23	3	4	7	39
Licenciatura	73	34	107	208	106	314	31	17	48	469
Bacharelato			0	22	12	34	2	2	4	38
Pós-Graduação	6	2	8	5	3	8	1		1	17
Secundário	57	27	84	255	192	447	44	28	72	603
Básico(3º Ciclo)	42	21	63	226	155	381	45	34	79	523
Básico(2º Ciclo)	16	8	24	152	191	343	35	62	97	464
Básico (1º Ciclo)	1	2	3	38	65	103	11	12	23	129
Sem Habilitações			0	1		1			0	1
Formação Desconhecida	30	97	127	90	263	353	11	16	27	507
Outra	6	43	49		2	2	1	2	3	54
Total	237	237	474	1012	999	2011	184	179	363	2848
		Básico				S	ecundári	0		
	Habilitações Superiores			Habilitações Superiores						
							17%			
	Habilita	ções Secı	undário	Habilitações Secundário						
		22%					20%			

Fonte: MISI – DGEEC - IGEC- Anexo Relatório da Auditoria Externa 2016 / Dados de contexto

As associações de pais e encarregados de educação apoiam e colaboram nas atividades propostas pelas educadoras e professores e organizam outras sob sua proposta, tendo a possibilidade de as incluir no Plano Anual do Agrupamento. As associações existentes são as seguintes:

Associação de Pais do Coura e Minho; Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos dos Estabelecimentos de Ensino do Vale do Âncora; Associação Pais na Escola; Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária de Caminha; Associação de Pais de Moledo; Associação de Pais de Vilarelho; Associação de Pais da Lage (1ºCiclo).

Nas escolas onde não existe uma associação de pais formalmente organizada, os pais e encarregados de educação, de uma forma geral, colaboram ativamente com o corpo docente e não docente.

1.3.7. Oferta educativa e ensino articulado

A oferta complementar do agrupamento deve contemplar com especial ênfase a educação para a cidadania. Por sua vez, nos 7.º e 8.º anos de escolaridade, a matriz curricular nacional prevê disciplinas de Oferta de Escola, preferencialmente nas áreas das expressões plástica e dramática, bem como nas novas tecnologias.

No desenvolvimento do projeto educativo e no âmbito do 1.º ciclo, as escolas do agrupamento devem proporcionar aos alunos atividades de enriquecimento do currículo de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural, sendo particularmente importantes as áreas da educação para a cidadania e das expressões. Finalmente, na educação pré-escolar, devem ser garantidas às crianças atividades de animação e apoio à família.

O ensino articulado é uma forma de frequentar o ensino da Música em que as escolas do agrupamento, a Academia de Música Fernandes Fão e a Escola de Música de Viana do Castelo se articulam entre si, de forma a aliviar a carga horária dos alunos do agrupamento matriculados nestas últimas e não duplicar disciplinas. Nesta modalidade, o aluno frequenta um plano de estudos especificamente adaptado, em que as disciplinas das escolas especializadas de música citadas substituem as disciplinas de formação artística da escola regular.

1.3.8. Critérios de constituição de turmas

Na constituição das turmas do agrupamento, de acordo com a legislação em vigor (nomeadamente o Despacho normativo n.º 7-B/2015 dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Ensino e da Administração Escolar e do Ensino Básico e Secundário) e o quadro axiológico que enquadra este Projeto Educativo, devem prevalecer critérios de natureza pedagógica e respeitada a heterogeneidade das crianças e jovens, competindo à Direção, ouvido o Conselho Pedagógico, aplicá-los no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes, atendendo ainda a outros critérios que sejam determinantes para a promoção do sucesso e para a redução do abandono escolar.

1.3.9. Projeto de Educação para a Saúde - Educação Sexual

De acordo com a legislação em vigor 60/2009, de 6 de agosto, que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar, e da posterior regulamentação da mesma, a educação sexual integra transversalmente o currículo, com a carga horária legal e preferencialmente orientada por docentes do agrupamento com formação específica na área, desenvolvendo-se no âmbito do Projeto de Educação para a Saúde.

1.3.10. Parcerias

No quadro da sua ação educativa o Agrupamento tem parcerias estabelecidas e protocolos celebrados com diversas entidades públicas, privadas ou cooperativas da sociedade civil local e regional, a saber:

Câmara Municipal de Caminha; Juntas de Freguesia; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ); Rede Social de Caminha: Unidade Local de Saúde: Bombeiros Voluntários de Caminha; Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora; Paróquias; Centro Social e Paroquial de Moledo; Universidade do Minho; Instituto Politécnico de Viana do Castelo; Colégio de Santo António; Universidade Sénior de Caminha; Casa do Povo de Lanhelas; Santa Casa da Misericórdia de Caminha; Rotary Club de Caminha; Sporting Clube Caminhense; Clube Andebol de Caminha; Associação Moledense de Instrução e Recreio (AMIR); Rádio Jornal Caminhense; Jornal Digital Regional Caminha@2000; Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), de Viana do Castelo; Fundação dos Amigos do Autismo (AMA); Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO); Ethos - Associação de Terapia, Educação e Assistência Animal; Academia de Música Fernandes Fão; Academia de Música de Viana do Castelo; Corema; Nuceartes; Centro de Formação Vale do Minho; Fundação de Serralves; Rede de Bibliotecas de Caminha:

Associação Cultural e Pedagógica Ponte... nas Ondas! (Galiza-Espanha);

Intercâmbio escolar com Pontault-Combault (França).

III – VISÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Visão e valores

O AESP assume como visão estratégica o reforço do seu papel como espaço privilegiado de ensino e formação que promove conhecimentos, capacidades e competências, através da realização de aprendizagens significativas capazes de conduzir ao sucesso pessoal e social dos alunos bem como ao exercício de uma cidadania responsável. Promover a educação integral de crianças, jovens e adultos, assegurar a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço educativo, fomentar a criatividade e a inovação, bem como o exercício de uma cidadania mais responsável, são os grandes propósitos do AESP, que assume um quadro axiológico onde se destacam os valores da:

- Solidariedade, no respeito pelas diferenças, no atender às necessidades individuais, proporcionando as condições favoráveis ao crescimento pessoal e à aprendizagem;
- Respeito pelo outro, na atitude pessoal e comunitária de aceitar valores diversos dos adotados pelo grupo de pertença original;
- Democraticidade, garantindo a representatividade, a participação e a cidadania ativa;
- Identidade, garantindo a defesa dos valores históricos, estéticos, artísticos, patrimoniais (históricos e ambientais), culturais e de identidade local;
- Responsabilidade partilhada, promovendo as sinergias necessárias para atingir objetivos comuns, abrangendo todos os elementos da comunidade escolar alargada;
- Inovação, através da abertura à mudança, do acolhimento e promoção de boas práticas e do estímulo da criatividade;
- Eficiência, através de um trabalho metódico, refletido, organizado e disciplinado, para a obtenção de sucesso abrangente, empenhado e persistente.

2. Objetivos estratégicos

- Desenvolver a qualidade do serviço público da educação em geral, das aprendizagens e dos resultados escolares, em particular;
- Promover a equidade social;

- Integrar nos planos e processos de ensino-aprendizagem as variáveis locais de contexto, nomeadamente ao nível patrimonial, cultural e ambiental;
- Assegurar as melhores condições de estudo e de trabalho;
- Observar o primado dos critérios de natureza pedagógica;
- Assegurar a estabilidade e a transparência da gestão e administração escolar;
- Proporcionar condições para a participação efetiva dos membros da comunidade educativa.

IV - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

1.1. Análise externa

Em fevereiro de 2016 a Inspeção Geral de Educação e Ciência – IGEC – desenvolveu no AESP um trabalho de avaliação externa do Agrupamento de acordo com o estabelecido na Lei nº 31/2002 de 20 de Dezembro – Sistema de Avaliação dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário e tendo em atenção o disposto no Decreto-Regulamentar nº 15/2012 de 27 de Janeiro que enquadra legalmente este denominado novo ciclo de avaliação externa. A equipa da IGEC que analisou os desempenhos do AESP emitiu um juízo de avaliação classificando, de acordo com a escala de níveis estabelecida, os três domínios observados: Resultados, Prestação do Serviço Educativo e ainda a Liderança e Gestão. Em cada uma dessas áreas de avaliação foi atribuída a notação MUITO BOM, facto que satisfaz e orgulha os órgãos de direção ao mesmo tempo que entusiasma e ainda mais responsabiliza todos os elementos da Organização.

O Relatório de Avaliação produzido, cuja síntese esclarece que "as conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da Comunidade e da realização de entrevistas" (ver Relatório de Avaliação Externa 2016 da Inspeção Geral de Educação. IGEC – ME).

O documento identifica de forma expressa os pontos fortes e aponta as áreas de melhoria em cada um dos domínios analisados sendo sugeridos como um instrumento de reflexão e debate dado que podem oferecer ".... Elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere...". Neste diagnóstico estratégico importa pois relembrar as conclusões da recente avaliação externa e utilizar este relatório como um recurso deste exercício de diagnóstico e as conclusões como elementos estruturantes das linhas de força deste PE quer os **pontos fortes**, quer as **áreas de melhoria** que foram realçadas no relatório da equipa da IGEC.

1.1.3. Pontos Fortes

- O envolvimento da comunidade educativa em diversas ações de solidariedade, voluntariado e de apoio
 à inclusão, bem como em atividades de cariz cultural, científico, com um impacto na formação pessoal e social dos alunos.
- A articulação do Agrupamento com as associações de pais e encarregados de educação e com diversas entidades locais na criação de respostas educativas de qualidade e na diversidade de experiências formativas disponibilizadas.
- O trabalho colaborativo docente, nos vários estabelecimentos escolares e nas estruturas de coordenação educativa e de supervisão pedagógica, favorável à coerência e regulação do processo de ensino e
 aprendizagem.
- As dinâmicas das bibliotecas, enquanto espaços de aprendizagem, de lazer e de construção dos saberes, com impacto nas aprendizagens das crianças e dos alunos.
- A liderança da diretora reconhecida pela comunidade educativa, geradora de consensos e empenhada na busca de soluções para os desafios colocados pela construção da identidade do organizacional.

1.1.4. Áreas de Melhoria

- A identificação dos fatores internos de (in) sucesso escolar orientado para as práticas de ensino com vista à definição de medidas de promoção do sucesso escolar de modo a fundamentar as opções metodológicas e estratégicas para melhoria de resultados, em particular no 9° ano.
- A generalização do acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula para potenciar uma cultura de reflexão/ação, a partilha de saberes e experiencias, divulgação de boas práticas e o consequente contributo para o desenvolvimento profissional.
- A construção do projeto educativo que dê visibilidade à missão, à visão estratégica e às metas a alcançar em ordem à melhoria da prestação do serviço educativo.
- A consolidação do processo de autoavaliação, concretizada em planos de melhoria que sustentem as tomadas de decisão e a qualidade do serviço educativo prestado.

Assim, neste processo de construção do novo Projeto Educativo do AESP para o triénio 2016-2019 não se poderia deixar de dispensar a melhor atenção às conclusões deste tão atualizado exercício de avaliação e, consequentemente, sustentar algumas das principais linhas de orientação deste documento em propostas de desenvolvimento, reforço e consolidação dos pontos fortes, bem como estabelecer novos objetivos e estabelecer estratégias de intervenção que permitam elevar os níveis de desempenho nos setores que são referidos como áreas de melhoria.

2. Análise interna

Pela atualidade de que se revestem, pelo universo que abrangem e pela amostra que representam, os Inquéritos que muito recentemente foram aplicados a Professores, Assistentes, Alunos e Pais/Encarregados de Educação proporcionam-nos um conjunto de dados que se consideram relevantes para concluir sobre o estado de (in) satisfação dos diversos membros da comunidade educativa relativamente ao funcionamento do Agrupamento e perceber quais os parâmetros mais apreciados, bem como algumas das fragilidades da organização. A análise dos gráficos (ver *Relatório de Avaliação Externa 2016 da Inspeção Geral de Educação. IGEC – ME*) que quantificam as respostas aos questionários aplicados permitem concluir que os inquiridos realçam como **positivos** os seguintes aspetos:

- Escola aberta ao exterior
- Ensino exigente
- Direção disponível
- Critérios de avaliação conhecidos
- Trabalho dos professores positivo
- Funcionamento dos serviços administrativos
- Eficaz a ação dos diretores de turma
- Ambiente de segurança nas instalações

Por outro lado, são motivos de insatisfação mais referidos:

- Comportamento/indisciplina dos alunos
- Conforto e alguns aspetos da higiene das instalações
- Deficiente acesso ao uso de computadores na escola

A informação obtida através desta análise interna não pode deixar de ser considerada relevante para direcionar o estabelecimento de alguns objetivos gerais e específicos que, através do **Plano de Ação** que se segue, procurarão consolidar, potenciar e multiplicar os aspetos positivos registados, mas, fundamentalmente, encontrar estratégias e definir medidas que concorram para a correção das prestações avaliadas negativamente pelos inquiridos.

V – PLANO DE AÇÃO

OBJETIVO GERAL A1 - MELHORAR OS RESULTADOS ACADÉMICOS E O SUCESSO EDUCATIVO

Objetivos específicos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
A1.1-Identificar as áreas/disciplinas de sucesso/insucesso	Análise sistemática em departamento dos resulta- dos da avaliação	Final de cada período	Coordenadores dos departamentos	Relatório final 2015/2016	Redução de 1% / ano das taxas de retenção (ou da incidência de notações negativas)	Análise das taxas de reten- ção (ou da % de notações negati- vas)	Atas de departa- mento e do Con- selho Pedagógico
	Realização de reuniões interdepartamentais e entre ciclos para programação e reflexão sobre a avaliação, conteúdos programáticos e atividades	Início e final do ano letivo	Coordenador da Equipa de Autoavaliação	Número de reuniões do ano letivo 2015/2016	Garantir a realização de reuniões alargadas.	Mínimo de duas reuniões / ano	Atas das reuniões
A1.2-Estabelecer metas anuais por área ou disciplina e por ano escolar	Análise sistemática da evolução dos resultados escolares nos diferentes órgãos e estruturas de articulação e gestão curricular	Final do ano letivo anterior ao da aplicação das metas	Coordenadores dos departamentos	Análise efetuada em 2015/2016	Melhorar os resultados escolares.	Existência de Relatório Anual	Atas de departa- mentos
A1.3-Melhorar os resultados em todos os ciclos escolares	Análise dos resultados finais dos ciclos	Final do ano letivo	Coordenadores de departamento e de diretores de turma	Média final de cada ciclo em 2015/2016	Melhorar em 5%a média final de cada ciclo, no triénio.	Comparação da média final de cada ciclo face ao ponto de partida.	Atas de departa- mento e do Con- selho Pedagógico
A1.4-Elevar as per- centagens positivas às disciplinas de exame do 3º ciclo e Ensino Secundário	Reflexão sobre conteúdos programáticos e metodolo- gias de trabalho nas disci- plinas de exame do 3º ciclo e Ensino Secundário	Início do ano letivo e finais de período	Coordenadores dos respetivos departamentos	Percentagem de notações positivas às disciplinas de exame do 3º ciclo e Ensino Secundário em 2015/2016	Melhorar em 5% o número de notações nas disciplinas de exame do 3º ciclo e Ensino Secundário positivas no triénio.	Comparação do número de nota- ções positivas finais com o ponto de partida.	Documentos orientadores e planificações

Objetivos especí- ficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
	Análise da avaliação e esta- belecimento de planos de melhoria	Finais de período	Conselhos de turma	Relatório final 2015/2016	Produção de rela- tório com análise e definição de pla- nos de melhoria.	Existência de Relatório Anual	Atas dos conselhos de turma
	Partilha regular com os encarregados de educação de informação relativa à evolu- ção das aprendizagens dos seus educandos	Finais de período	Diretores de turma	Número de reuniões do ano letivo 2015/2016	Melhorar em 5% no triénio o núme- ro de contactos com Encarregados de Educação	Comparação do número de reu- niões face ao ponto de partida	Atas das reuniões
A1.5-Partilhar informação relativa à evolução das aprendiza-	Reuniões trimestrais com os encarregados de educação das turmas	Final de cada período	Docente titular de grupo, professor titular ou dire- tor de turma	Número de reuniões do ano letivo 2015/2016	Melhorar em 5% no triénio o núme- ro de contactos com Encarregados de Educação	Comparação do número de reu- niões face ao ponto de partida	Atas das reuniões
gens com os Encarregados de Educação	Reuniões trimestrais com os representantes dos encarregados de educação do ciclo escolar	Início, meio e final do ano letivo	Direção	Número de reuniões do ano letivo 2015/2016	Garantir três reu- niões anuais com representantes dos Encarregados de Educação	Número de reuniões/ano (mínimo de três, verificadas pelas respetivas atas)	Atas das reuniões

Objetivos especí- ficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
A1.6- Realizar processos de autoavaliação interna	Análise documental de processos e resultados	Ao longo do ano	Equipa de Autoavaliação	Relatório final 2015/2016	Garantir a análise documental de processos e resul- tados pela Equipa de Autoavaliação	Conclusões do Relatório Anual da Equipa de Autoavaliação.	Relatório anual
A1.7-Divulgar os critérios de ava- liação de todas as áreas disciplina- res/disciplinas	Divulgação aos encarrega- dos de educação e à comu- nidade utilizando os meios disponíveis	Ao longo do ano	Direção, órgãos e estru- turas do Agrupamento	Página na Internet	Garantir que os critérios de avalia- ção estão disponí- veis na página do AESP e/ou no NetGIAE	Verificação da disponibilidade	Publicações pro- duzidas pelo agrupamento no portal Internet
A1.8-Publicitar os resultados obtidos e as me- tas alcançadas	Divulgação à comunidade escolar utilizando os meios disponíveis	Ao longo do ano	Direção, órgãos e estruturas do Agrupamento	Página na Internet	Garantir que os resultados obtidos pelo Agrupamento, e as metas alcançadas, são objeto de divulgação oportuna na página do AESP, no mínimo de 75% das ocorrências	Verificação do número de pu- blicitações, face ao número de metas alcança- das e resultados atingidos	Comunicados

Objetivos específicos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
A1.9-Analisar e propor medidas prevenindo situações de abandono e desistência	Análise documental e elaboração de formu- lários solicitando os dados para os relató- rios finais	Final de ano	Coordenador do Departamento da Educação Préescolar, coordenador do Conselho de Professores Titulares de Turma do 1º Ciclo, coordenador do Conselho de Diretores de Turma do 2.º Ciclo, Coordenador do Conselho de Diretores de Turma do 3.º Ciclo, coordenador do Conselho de Diretores de Turma do Diretores de Turma do Ensino Secundário	Relatório final 2015/2016	Reduzir o número de abandonos / desistên- cias em 5% no triénio	Verificação do número de não renovação de inscrições, expurgado das migrações, e comparar com o ponto inicial	Atas dos conselhos de turma e de departamento do Pré-Escolar e 1º ciclo
A1.10-Reforçar as atividades de orientação dos alunos e das famílias realizando pelo menos 2 reuniões anuais com alunos e encarregados de educação para divulgação de opções	Reuniões com alunos e encarregados de educação.	Ao longo do ano	Diretores de Turma e Psicólogos	Número de reuniões do ano letivo 2015/2016	Aumentar em 5% no triénio o número de reuniões com os En- carregados de Educa- ção	Comparação do número de reu- niões face ao ponto de partida	Atas das reuniões
A1.11-Realizar pelo me- nos uma ação de forma- ção anual no âmbito da promoção do bem-estar de crianças e jovens	Ação de formação no âmbito da promoção do bem-estar de cri- anças e jovens	Ao longo do ano	Direção		Realizar pelo menos uma ação de formação por ano no âmbito da promoção do bem- estar das Crianças e Jovens	Verificação da realização da ação.	Registos da ação de formação

Objetivos específicos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Parti- da	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
A1.12-Realizar pelo menos uma ação de formação anual no âmbito da preserva- ção ambiental	Ação de formação no âmbito da preservação ambiental	Ao longo do ano	Direção		Realizar pelo menos uma ação de formação por ano no âmbito da preservação ambi- ental	Verificação da realização da ação.	Registos da ação de formação
A1.13-Incrementar as sessões com o (s) psi- cólogo (s) disponibili- zados pelo Agrupa- mento	Divulgação das sessões, incentivando à participação.	Ao longo do ano	Diretores de Turma	Número de sessões no ano letivo 2015/2016	Aumentar em 10% no triénio o número de sessões com psicólogo	Comparar o número de ses- sões com o ponto inicial	Registos das sessões e relató- rio do (s) psicó- logo (s)

Objetivos específicos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
A2.1-Reforçar a cooperação e o en- volvimento da co- munidade envolven- te na vida do agru-	Reforço dos protocolos e parcerias	Ao longo do ano	Direção e Coordenadores de projetos	Número de protocolos em vigor no ano letivo 2015/2016	Aumentar em 10% no triénio o número de proto- colos	Comparar o nú- mero final com o ponto inicial	Número de pro- tocolos assina- dos
pamento	Adesão a iniciativas/projetos locais e regionais que favore- cem e mobilizam os alunos			Número de iniciativas / projetos locais em que o AESP partici- pou em 2015/2016	Aumentar em 10% no triénio o número de participações	Comparar o nú- mero final com o ponto inicial	Relatório de avaliação do PAA
A2.2-Assegurar a representatividade de toda a comunidade educativa na elaboração e avaliação dos documentos de orientação educativa	Representação dos diferentes atores nas equipas responsáveis pela elaboração dos documentos de orientação educativa Corresponsabilização da Associação de Estudantes /Associação de Pais na programação de atividades e na tomada de decisão	Ao longo do ano	Direção	Número de Atividades organizadas em conjunto em 2015/2016	Garantir a representatividade na elaboração de todos os documentos de orientação educativa Aumentar em 10% o número de atividades de organização conjunta	Análise dos do- cumentos produ- zidos, devendo neles constar a identificação dos representantes Comparação do número final com o ponto inicial	Avaliação elaborada pela equipa de autoavaliação
	-Acolhimento das propostas apresentadas pelos diversos membros da comunidade local				Garantir a respos- ta e encaminha- mento de todas as propostas apre- sentadas pelos membros da co- munidade local	Análise do Relatório de Autoavaliação	

Objetivos específi- cos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
A2.3Aumentar o grau de satisfação da comunidade educativa face ao serviço educativo prestado pelo agrupamento	Dinamização de ações que envolvam a participação de alunos, pessoal docente e não docente, encarregados de educação e outros elementos da comunidade educativa	Ao longo do ano	Direção	Número de ações realizadas em 2015/2016	Garantir o acréscimo de 10% no triénio	Análise dos inquéritos	Inquéritos realizados no início e final de ano
	Publicitação dos resulta- dos/trabalhos/atividades de relevo alcançados pelos alu- nos			Número de intera- ções/publicações na página do AESP	Garantir o acréscimo de 10% no triénio	Análise às publicações na página do AESP	
	Exposição e divulgação de trabalhos na escola e no exterior			Número de intera- ções/publicações na página do AESP	Garantir o acréscimo de 10% no triénio	Análise às publicações na página do AESP	
	Realização do dia do diploma				Assegurar evento anual	Publicação na página do evento	
A2.4Promover a análise e eventual revisão do plano de ação	Discussão participada das estruturas internas e externas e dos diferentes atores na defi- nição das prioridades educati- vas e na revisão dos planos de ação	Final do ano letivo	Direção		Garantir que nas reuniões dos órgãos internos se discute e aprova eventuais altera- ções ao Projeto educativo	Análise das atas das reu- niões	Ata da reunião e documentos revistos

OBJETIVO GERAL A2 - CONSOLIDAR OS RESULTADOS SOCIAIS

Objetivos específi- cos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
A2.5-Garantir o conhecimento das regras de funcionamento do agrupamento	Análise do regulamento inter- no e da legislação por parte das crianças, alunos, encarre- gados de educação, assistentes operacionais e professores	Ao longo do ano	Direção, do- centes titular de grupo, professores titulares e diretores de turma		Garantir o conhecimento dos normativos por todos os intervenientes.	Análise do Plano Anual e inquirição eventual.	Plano anual e atividades (PAA) e relatório de avalia- ção do PAA
	Ações de formação para reforço do conhecimento do regulamento interno e da legislação	Ao longo do ano	Direção		Realização de pelo menos uma reunião anual.	Análise do- cumental	Plano de formação do PAA e relatório de avaliação do PAA
A2.6-Participar em proje- tos/atividades promotoras da cidadania	Promoção do envolvimento dos diferentes membros da Comunidade escolar em proje- tos/atividades promotores da cidadania	Ao longo do ano	Coordenadores de projeto		Participação em 3 projetos / triénio	Análise relatório	PAA e relatório de avaliação do PAA
A2.7-Participar em projetos euro- peus	Promoção do envolvimento dos diferentes membros da comunidade escolar em proje- tos/atividades de índole soli- dária	Ao longo do ano	Coordenadores de projeto		Participação em pelo menos 1 projeto europeu / triénio	Análise rela- tório	PAA e relatório de avaliação do PAA

Objetivos específi- cos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/
Cos							Indicadores
A2.8-Participar em proje- tos/atividades de índole solidária	Promoção do envolvimento dos diferentes membros da Comunidade escolar em proje- tos/atividades de índole soli- dária	Ao longo do ano	Coordenadores de projeto		Participação em pelo menos 3 projetos solidá- rios / triénio	Análise rela- tório	PAA e relatório de avali ção do PAA
	Divulgação e apoio às iniciativas locais e nacionais de cariz solidário						
A2.9-Criar um grupo de trabalho para monitorização do percurso académico e/ou profissional dos alunos	Incentivo à participação de antigos alunos em atividades dinamizadas pelo agrupamen- to	Ao longo do ano	Direção/ Gru- po de Trabalho		Garantir a Cria- ção de Grupo de Trabalho, que elabore relatório sobre percurso dos ex-alunos.	Relatório do Grupo de Trabalho	Relatório final

OBJETIVO GERAL A3 - REFORÇAR O RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

Objetivos específi- cos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
A3.1-Aumentar o grau de satisfação da comunidade educativa em relação ao agrupamento	Aplicação de questionários de satisfação Plano de melhoria Implementação de plano de melhoria	Início e final de ano	Equipa de auto- avaliação	Relatório 2015/2016	Garantir que, através de um ciclo de Deming / PDCA (ver nota p.44), se aumentam os níveis de satisfa- ção em 10% no triénio.	Relatório de Análise dos Questionários	Relatório com análise dos questionários de final da vigência deste PE
A3.2- Acolher a maioria das suges- tões exequíveis dadas pela comu- nidade educativa	Registo de sugestões dadas pela comunidade educativa (CE)	Ao longo do ano letivo	Equipa de auto- avaliação		Pelo menos 50% das sugestões recebidas pela equipa de Auto-avaliação deverão seguir para implementação	Relatório da Equipa de Autoavaliação	Relatório
A3.3- Reconhecer o mérito dos alu- nos	Realização do dia do diploma Publicitação dos resulta- dos/trabalhos/atividades de relevo alcançados pelos alunos	Início e final de ano	Direção	Número de intera- ções/publicaç ões na página do AESP	Assegurar evento anual Garantir o acréscimo de 10% no triénio	Publicação na página do evento Análise às publicações na página do AESP	Sitio internet do Agrupamento

Objetivos específi- cos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
A3.4-Aumentar o grau de satisfação da comunidade escolar	Aplicação de questionários de satisfação Plano de melhoria Implementação de plano de melhoria Melhoria das condições de conforto dos espaços de trabalho dos vários edifícios do Agrupamento Aumento e modernização do par-	Início e final de ano	Equipa de autoavaliação	Relatório 2015/2016	Garantir que, através de um ciclo de Deming / PDCA, se aumentam os níveis de satisfação em 10% no triénio.	Relatório de Análise dos Questionários	Relatório com análise dos questionários de final de ano
	que informático nas várias escolas						
A3.5-Aumentar o número de parce- rias e eventos abertos à comuni- dade envolvente	Reforço de parcerias Criação de novas parcerias, nomeadamente instituições do ensino superior Exposição e divulgação de trabalhos na escola e no exterior Participação ativa nos diversos órgãos/instituições concelhios	Início e final de ano	Equipa de autoavaliação	Relatório 2015/2016	Garantir que o número global de eventos em parceria com entidades exte- riores aumenta 5% / triénio	Relatório da Equipa de Autoavaliação	Relatório com análise dos questionários de final de ano
	Dinamização de iniciativas abertas à comunidade educativa						

Objetivos específi- cos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
A3.6-Ampliar	Divulgação da oferta formativa do						
geograficamente a	Agrupamento nas freguesias dos						
resposta educativa	concelhos limítrofes						
do Agrupamento e				,		,	
melhorar a oferta	Aumento de áreas de formação e			Áreas de	Garantir o au-	Áreas de Formação	
formativa	cursos no nível secundário			formação	mento do núme-	2017/2018	
				2015/2016	ro de opões		
					disponíveis		

Nota: **Ciclo de Deming** ou **PDCA** (do inglês: *PLAN - DO - CHECK - ACT / Plan-Do-Check-Adjust*), é um método interativo de gestão de quatro passos, utilizado para o controle e melhoria contínua de processos e produtos: Planear / Executar / Verificar / Ajustar.

OBJETIVO GERAL B1- APERFEIÇOAR O PLANEAMENTO E A ARTICULAÇÃO

Objetivos específicos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
B1.1- Diversificar ações de ges- tão vertical e horizontal do currículo	Reuniões intra e interdepartamentais para gestão conjunta e articulada dos programas e orientações curriculares	Durante o ano	Coordenador do Departamento da Educação Pré-escolar, coor- denador do Conselho de Profes- sores Titulares de Turma do 1º Ciclo.	Relatório 2015/2016	Garantir reuniões ao longo do ano no sentido de se garantir a gestão vertical e horizontal do currículo	Análise dos relatórios	Atas de reuniões de departamento
	Articulação curricular da biblioteca escolar com diferentes estruturas pedagógicas	Durante o ano	Coordenador das bibliotecas escolares	Relatório 2015/2016	Garantir reuniões de trabalho entre os res- ponsáveis pela Bibliote- ca Escolar e as demais estruturas do AESP	Análise das atas	Atas das reuniões

Objetivos especí- ficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
B1.2- Contextualizar o currículo e acen- tuar a abertura do Agrupamento	Desenvolvimento de projetos locais, nacionais e internacionais	Durante o ano	Coordenadores de projetos	Relatório 2015/2016	Garantir a existência de pelo menos três projetos em curso em cada ano letivo	Análise dos relatórios	Relatórios dos coor- denadores
ao meio	Assegurar práticas de ensino experimental, educação musical e educação física e educação artística	Durante o ano	Coordenador do Departamento da Educação Pré- escolar, coorde- nador do Conse- lho de Professo- res Titulares de Turma do 1° Ciclo. Coordenadores de Departamento	PAA	Garantir que em todos os ciclos se utilizam as ciências experimentais e o desenvolvimento musical, físico e artístico como percursores de maior e melhor cidadania.	Análise do PAA e das atas das reuni- ões	PAA e atas das reuniões

Objetivos especí- ficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Par- tida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
B1.3- Incrementar a coerência entre ensino e avalia- ção	Definição de metas e critérios de avaliação do trabalho a desen- volver pelas estruturas de coor- denação e supervisão	Durante o ano	Coordenador do Departamento da Educação Pré- escolar, coordenador do Conselho de Pro- fessores Titulares de Turma do 1º Ciclo, coordenador do Con- selho de Diretores de		As metas e os critérios de trabalho deve- rão estar defini- dos e explicita- dos nos docu- mentos orienta- dores	Análise dos documentos	Documentos orientadores
	Definição de critérios de avalia- ção gerais e específicos (por departamento/disciplina) Desen- volvimento de programas de acompanhamento e apoio a alu- nos	Durante o ano	Turma do 2.º Ciclo, Coordenador do Conselho de Direto- res de Turma do 3.º Ciclo, coordenador do Conselho de Dire- tores de Turma do Ensino Secundário		Os critérios de avaliação deve- rão esta expres- samente indica- dos nos docu- mentos orienta- dores	Análise dos relatórios e Atas	Relatórios e atas das reuniões
B1.4-Consolidar o trabalho cola- borativo entre docentes	Disponibilização, nos horários dos docentes, de tempos comuns para potenciar o trabalho colaborativo na produção e/ou partilha de materiais e recursos didáticopedagógicos, calibragem de instrumentos de avaliação, definição de estratégias de diferenciação pedagógica e partilha de práticas científico-pedagógicas relevantes	Durante o ano	Direção		Garantir a exis- tência de espaço nos horários que permitam a realização de reuniões de articulação	Análise dos relatórios	Documentos orientadores e relatórios

Objetivos especí- ficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Par- tida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
B1.5-Reforçar práticas de ges- tão e coordena- ção pedagógica para consolidar uma cultura de rigor, exigência e profissionalismo	Realização de reuniões de articulação vertical e horizontal	Ao longo do ano	Coordenador do Departamento da Educação Pré- escolar, coordenador do Conselho de Pro- fessores Titulares de Turma do 1º Ciclo, coordenador do Con- selho de Diretores de Turma do 2.º Ciclo,	Relatório 2015/ 2016	Garantir a existência de espaço nos horários que permitam a realização de reuniões de articulação	Análise das atas	Atas das reuniões
	Elaboração de documentos de articulação disciplinar	Início do ano letivo	Coordenador do Conselho de Direto- res de Turma do 3.º Ciclo, coordenador do Conselho de Dire- tores de Turma do Ensino Secundário		Garantir que os documentos orientadores referem e pre- conizam a arti- culação disci- plinar	Análise dos documentos	Documentos orientadores
	Realização de reuniões de plani- ficação	Trimestral			Garantir reuni- ões trimestrais	Análise das atas	Atas das reuniões

Objetivos espe- cíficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
B.1.6- Consolidar práticas de gestão articula- da do currículo	Diversificação das ações de gestão vertical do currículo e de informação sobre o percurso escolar das crian- ças/alunos	Ao longo do ano letivo	Coordenador do Departamento da Educação Pré- escolar, coordenador do Conselho de Pro- fessores Titulares de Turma do 1º Ciclo, coordenador do Con- selho de Diretores de Turma do 2.º Ciclo,		Nas reuniões de coordenação deverá ser assegurada o acompanhamento do percurso forma- tivo dos alunos.	Análise da atas	Atas das reuniões
	Realização de reuniões intra e interdepartamentais para gestão conjunta e articulada dos programas e orientações curriculares	Início do ano letivo	coordenador do Con- selho de Diretores de Turma do 3.º Ciclo, coordenador do Con- selho de Diretores de Turma do Ensino Secundário		Garantir pelo me- nos duas reuniões por ano	Análise das atas	
	Disponibilização, nos horários dos docentes, de tempos comuns para potenciar a articulação e a interação entre docentes da mesma unidade de educação/ensino e entre outras unidades do agrupamento	Início do ano letivo	Direção		Garantir Articulação	Análise dos horários	Horários

Objetivos espe- cíficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
B.1.7-Explicitar nos Planos de Trabalho de Turma (PTT) as formas de arti- culação dos conteúdos e das estratégias	Aperfeiçoamento do pro- cesso de construção dos Planos de turma	Início do ano letivo	Docentes titular de grupo, professores titulares de turma e conselhos de turma		Os PTT deverão ser explícitos quanto à articulação dos conteúdos e estraté- gias	Análise dos PTT	PTT

OBJETIVO GERAL B2- MELHORAR PRÁTICAS CURRICULARES

Objetivos especí- ficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
B2.1-Adequar as atividades educativas e o ensino às capacidades e aos ritmos de aprendizagem das crianças e dos alunos	Garantir a documentação a integrar no processo de referenciação das necessi- dades educativas de cada criança/aluno	Durante o ano	Docentes titular de gru- po, professores titular de tur- ma ou conse- lhos de turma		O processo de referenciação das necessidades edu- cativas deverá estar documentado	Análise documental	Documentos orientadores e relatórios
	Implementação de medidas de apoio educativo adequadas às necessidades de cada criança/aluno com necessidades educativas especiais de carácter permanente/dificuldades de aprendizagem/capacidades excecionais	Durante o ano	Docentes titular de gru- po, professores titular de tur- ma ou conse- lhos de turma e educação especial		As medidas identi- ficadas nos proces- sos de referencia- ção deverão ser implementadas	Análise documental	Documentos orientadores e relatórios
	Diferenciação pedagógica e personalização do ensi- no através de respostas educativas adequadas à especificidade de cada grupo/turma e às capaci- dades/aptidões de cada criança/aluno	Durante o ano	Docentes titular de gru- po, professores titular de tur- ma ou conse- lhos de turma		A oferta formativa deve atender às especificidades de cada público alvo	Análise documental	Documentos orientadores e relatórios

Objetivos especí- ficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
B2.1-Adequar as atividades educa- tivas e o ensino às	Otimização da biblioteca escolar enquanto centro de recursos e espaço inova- dor de aprendizagem	Durante o ano	Coordenador das BE		A Biblioteca deverá gerar a atratividade necessária à sua eficácia.	Avaliar o cresci- mento do número de interações	Documentos orientadores e relatórios
capacidades e aos ritmos de apren- dizagem das crianças e dos alunos	Otimização do uso das Tecnologias de Informa- ção e Comunicação na atividade letiva	Durante o ano	Docentes titular de gru- po, professores titular de tur- ma ou conse- lhos de turma		As TIC deverão ser otimizadas na atividade letiva	Análise documental	Documentos orientadores e relatórios
	Implementação de dispositivos de acompanhamento e avaliação das medidas de apoio educativo implementadas	Durante o ano	Docentes titular de gru- po, professores titular de tur- ma ou conse- lhos de turma e educação especial		Deverão ser criados indicadores que facilitem a monitorização futura	Análise documental	Documentos orientadores e relatórios

Objetivos especí- ficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
uma cultura de rigor e de exigência para melhoria de desempenhos	Realização de reuniões inter- departamentais e entre ciclos para programação e reflexão de conteúdos programáticos e atividades	Durante o ano	Docentes titular de gru- po, professores titular de turma		Garantir pelo me- nos uma reunião por ano	Análise documental	Documentos orientadores e relatórios
	Continuidade da realização dos testes intermédios nos diversos anos/ciclos de esco- laridade	Durante o ano	Docentes titular de gru- po, professores titular de turma		Garantir a realiza- ção dos testes in- termédios	Análise documental	Documentos orientadores e relatórios
	Reflexão sobre as práticas de ensino decorrente da avaliação contínua dos alunos: análise comparada dos resultados dos alunos na mesma disciplina/ano de escolaridade e redefinição de estratégias em função dos resultados obtidos	Durante o ano	Docentes titular de gru- po, professores titular de turma ou pelas diferentes estruturas de coordena- ção e supervisão pedagó- gica		Garantir acompa- nhamento do per- curso letivo dos alunos	Análise documental	Documentos orientadores e relatórios
	Realização de iniciativas pedagógicas e didáticas ino- vadoras com repercussão nas aprendizagens dos alunos e redefinição de estratégias em função dos resultados obtidos	Durante o ano	Docentes titular de gru- po, professores titular de turma ou pelas diferentes estruturas de coordena- ção e supervisão pedagó- gica		Deverão ser intro- duzidas na prática letiva iniciativas inovadoras de for- ma a aumentar os resultados finais	Análise documental; comparação de resultados finais.	Documentos orientadores e relatórios

Objetivos especí- ficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
B2.3- Incrementar metodologias ativas e experi- mentais no ensino	Programação e realização de atividades experimentais	Durante o ano	Docentes titular de gru- po, professores titular de turma, conselhos de turma		Deverão ser incentiva- das as atividades expe- rimentais	Análise documental	Planificações e relatórios
e nas aprendiza- gens	Continuidade do Projeto Eureka	Durante o ano	Coordenador do projeto		Assegurar a continui- dade do projeto Eureka	Análise documental	Planificações e relatórios
	Continuidade do Projeto Eco- Escolas	Durante o ano	Coordenadores de pro- jeto		Assegurar a continui- dade do projeto Eco- Escolas	Análise documental	PAA e relatórios
	Adesão a projetos de âmbito nacional e internacional que estimulam os alunos a ter um papel ativo na aprendizagem (Ciência Viva, Coastwatch, outros)	Durante o ano	Coordenadores de pro- jeto		Assegurar a participa- ção em pelo menos três projetos nacionais e um internacional, no trié- nio	Análise Documental	PAA e relató- rios
B2.4-Reforçar a valorização das áreas das expres- sões artísticas, físicas e desporti-	Dinamização de projetos e atividades no âmbito das expressões artísticas, físicas e desportivas	Durante o ano	Coordenadores dos pro- jeto		Garantir que toda a comunidade estudantil tem acesso a projetos artísticos e desportivos	Análise documental	PAA e relató- rios
vas	Exposição e divulgação de trabalhos na escola e no exterior	Durante o ano	Coordenadores dos projeto		Garantir a adequada divulgação da produ- ção científica, cultural e artística do Agrupa- mento na Escola e na Comunidade	Relatórios; publi- cações no sitio internet; publica- ções na imprensa regional	PAA e relatórios

Objetivos especí- ficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
B2.5-Reforçar o acompanhamento e a supervisão interna da práti- ca letiva	Monitorização do cumprimento do currículo expresso no planeamento individual	Durante o ano	Docentes titular de grupo, professores titular de turma ou conselhos de turma		Garantir o cumprimento do planeamento individual de cada aluno	Análise documental	Planificações e relatórios
	Implementação de mecanismos de acompanhamento e supervisão da prática letiva	Durante o ano	Coordenadores de Departamento		Garantir que a prática letiva é objeto de acompanhamen- to e supervisão pelos pares.	Análise documental	Planificações e relatórios
	Garantia das condi- ções para aplicação da avaliação do de- sempenho docente	Durante o ano	Direção		Deverá ser assegurado nor- mativo interno que defina as regras e instrumentos de avaliação do desempenho docente	Análise documental	Relatório

Objetivos espe- cíficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
B.2.6 – Reforçar as dinâmicas das bibliotecas escolares	Articulação curricular das bibliotecas escolares com as diferentes estruturas pedagógicas e estabelecimentos de ensino do agrupamento Dinamização de atividades e projetos de leitura e literacia, bem como de ligação ao meio e ao seu património cultural e histórico Catalogação da totalidade do acervo documental existente nas bibliotecas e estabelecimentos de ensino do agrupamento e sua integração no catálogo da Rede de Bibliotecas de Caminha Consolidação da integração das bibliotecas escolares do agrupamento nos contextos organizacionais da Rede de Bibliotecas de Caminha e da Rede de Bibliotecas Escolares do Ministério da Educação (RBE) Realização de ações de articulação curricular das BE com diferentes estruturas pedagógicas Divulgação das ações de articulação no sítio das BE	Durante o ano	Coordenador das bibliotecas escolares	Relatório 2015/2016	Garantir reuniões de trabalho entre os responsáveis pela Biblioteca Escolar e as demais estruturas do AESP, com vista à dinamização, divulgação e participação das Bibliotecas Escolares no sucesso académico dos alunos.	Análise do Relatório e do Portal das Bibliotecas Escolares	Relatório dos planos de melhoria e avaliação das bibliotecas escolares (RBE) Portal das Bibliotecas Escolares

Objetivos especí- ficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
B.2.7-Consolidar a intervenção disponibilizada pela Educação Especial aos diferentes ní- veis/ciclos de ensino	Identificação precoce e sistemática no Jardim de Infância Referenciação de crianças e alunos portadores de Necessidades Educativas Especiais (NEE) Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino especializado nomeadamente a APPACDM	Durante o ano	Departamento de Educação Especial		Garantir que os alunos com NEE são devida- mente referenciados, acompanhados, e que o seu percurso é monitori- zado.	Análise do- cumental	Atas de reuniões e relatórios
	Monitorização dos apoios educa- tivos disponibilizados	Trimestral					
	Implementação de cronograma de regulação do papel dos diferentes intervenientes Durante todo o ano	todo o		Garantir a operacionalização do Programa Educativo Individual (PEI)			
Estabelecimento de parcerias com instituições, associações e autarquia				Alargar e diversificar os locais/entidades para a implementação do Plano Individual de Transição (PIT)			

	Incremento do acesso à platafor- ma colaborativa		Direção	 Garantir acesso e utiliza- ção da plataforma cola- borativa por parte dos diversos interessados	Análise do- cumental	Relatórios
B2.8- Otimizar o uso das tecnolo- gias de Informa- ção e Comunica- ção (TIC) nas atividades letivas e não letivas	Utilização do quadro interativo e do computador em contexto de sala de aula	Durante o ano	Docentes titular de grupo, professores titular de turma ou professores titulares do conselho de turma	 Garantir que as TIC são utilizadas no sentido de elevar a motivação e os resultados académicos.	Análise do- cumental	Planificações
	Utilização do computador nas Bibliotecas Escolares (BE)		Coordenador das BE	 Garantir a disponibilida- de de computadores nas Bibliotecas Escolares, como forma de acesso à informação e apoio ao estudo.	Análise do- cumental	Relatórios
	Monitorização sistemática dos equipamentos TIC		Direção			Relatórios
B2.9- Consolidar o Desporto Esco- lar nas suas ver- tentes interna e externa nas di- versas modali- dades desporti- vas adotadas	Incremento do acesso ao desporto escolar	Durante o ano	Docentes de Educação Física e professores responsáveis pelas atividades de nível dois	 Garantir o acesso às modalidades adotadas Melhorar o nível despor- tivo e social dos atletas e equipas do agrupamento	Análise do- cumental	Relatórios

OBJETIVO GERAL B3- MELHORAR A MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

Objetivos espe- cíficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorizaçã Indicadore
B3.1- Diversificar as formas de avali- ação dos alunos	Desenvolvimento de programas de acompanhamento e apoio a alunos	Durante o ano	Coordenador do Departamento da Educação Pré-escolar, coordenador do Conselho de Professores Titulares de Turma do 1º Ciclo, coordenadores de departamento, coordenador do Conselho de Diretores de Turma do 2.º Ciclo, Coordenador do Conselho de Diretores de Turma do 3.º Ciclo, coordenador do Conselho de Diretores de Turma do 3.º Ciclo, coordenador do Conselho de Diretores de Turma do Ensino		Garantir que os critérios de avaliação estão definidos e convenientemente publicitados, que os seus resultados são monitorizados, e que desta monitorização surgem programas específicos individualizados para os casos em que tal se justifique	Análise do- cumental	Documentos orientadores e relatórios
	Definição de critérios de avaliação gerais e específicos por ano/ciclo/disciplina	Durante o ano	Secundário				
	Monitorização da aplicação dos critérios de avaliação	Durante o ano					

Objetivos espe- cíficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorizaçã Indicadore
B3.2-Construir instrumentos de avaliação	Construção de instrumentos diversificados de avaliação Utilização de instrumentos de avaliação comuns à mesma disciplina/ano de escolaridade	Durante o ano	Coordenador do Departamento da Educação Pré-escolar, coordenadores de departamento, coordenador do Conselho de Professores Titulares de Turma do 1º Ciclo, coordenador do Conselho de Diretores de Turma do 2.º Ciclo, Coordenador do Conselho de Diretores de Turma do 3.º Ciclo, coordenador do Conselho de Diretores de Turma do 3.º Ciclo, coordenador do Conselho de Diretores de Turma do		Definir e publicitar critérios de avaliação inteligíveis, diversifi- cados e equitativos	Análise do- cumental	Documentos orientadores e relatórios
	Elaboração de grelhas de monito- rização comuns dos resultados de avaliação	Durante o ano	Ensino Secundário				

Objetivos espe- cíficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitoriza ção/ Indicadore
B3.3- Monitorizar o desenvolvimen- to do currículo	Realização de avaliações diagnósticas, formativas e sumativas Continuidade da realização dos testes intermédios nos diversos anos e ciclos de escolaridade	Durante o ano	Docentes titular de grupo, pro- fessores titular de turma, profes- sores titulares de conselho de turma, coordenadores de depar- tamento, Coordenador do De- partamento da Educação Pré- escolar, coordenador do Conse- lho de Professores Titulares de Turma do 1º Ciclo, coordenador do Conselho de Diretores de		Garantir a monitoriza- ção dos resultados e a intervenção atempada, nomeadamente através de avaliações diagnós- ticas	Análise documen- tal	Planificaçõe: sumários das disciplinas e atas de depar tamento e conselhos de turma
	Monitorização do cumprimento do currículo expresso no planeamento	Durante o ano	Turma do 2.º Ciclo, Coordenador do Conselho de Diretores de Turma do 3.º Ciclo, coordenador do Conselho de Diretores de Turma do Ensino Secundário				
B3.4- Monitorizar as atividades ex- perimentais no processo de ensino- aprendizagem	Monitorização da efetivação de atividades experimentais nas diversas disciplinas	Durante o ano			Garantir a realização de atividades experimen- tais levadas a efeito pelas diversas discipli- nas	Análise documen- tal e publi- cações no sitio Inter- net do agrupa- mento	

Objetivos específicos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorizaçã Indicadore
B3.5-Prevenir situações de desistência e de aban- dono	Integração orientada dos alunos na transição entre ciclos	Durante o ano	Coordenador do Departamento da Educação Pré-escolar, coordenador do Conselho de Professores Titulares de Turma do 1º Ciclo, coordenador do Conselho de Diretores de Turma do 2.º Ciclo, Coordenador do Conselho de Direto-		Acompanhar o per- curso formativo dos alunos, nomeadamen- te nas transições de ciclo e nas situações de acompanhamento especializado	Análise de Relatórios	Relatórios
	Articulação regular e sistemática entre os diretores de turma e o Ser- viço de Psicologia e Orienta- ção/diferentes organis- mos/instituições		res de Turma do 3.º Ciclo, coordenador do Conselho de Diretores de Turma do Ensino Secundário				
	Monitorização das taxas de desis- tência e de abandono						
	Mobilização dos encarregados de educação e de outros elementos da comunidade educativa para a resolução de problemas						
	Estabelecimento de parcerias com entidades externas promotoras de inclusão						

Objetivos específicos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorizaçã Indicadore
B3.6-Estudar causas e combater a desistência nos cursos profissionais	Reforço das atividades de orienta- ção dos alunos e das famílias nas opções a tomar	Durante o ano	Direção e coordenador dos Cursos Profissionais		Acompanhar o per- curso formativo dos alunos mais vocacio- nados para percursos alternativos, facili- tando a sua aprendi- zagem e a sua futura	Análise de Relatórios	Relatórios
	Divulgação de opções de orientação vocacional/oferta educativa e das atividades de formação e esclarecimento				integração social		
	Diligência, junto das entidades competentes, para a abertura de cursos profissionais						
	Promoção da imagem dos cursos profissionais						

OBJETIVO GERAL C1- PROSSEGUIR O MODELO DE LIDERANÇA

Objetivos espe- cíficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
C1.1-Fomentar o sentido de pertença e de identificação com o Agru- pamento	Envolvimento dos diferentes atores da comunidade escolar na elaboração dos documentos de orientação educativa	Durante o ano	Direção e docen- tes titular de gru- po, professores titular de turma ou diretores de turma		Garantir a representatividade na elaboração de todos os documentos de orientação educativa	Análise dos documentos produzidos, devendo neles constar a identificação dos representantes	Relatório da equipa de autoavaliação
	Dinamização de iniciativas que envolvam a participação de alunos, pessoal docente e não docente, encarregados de educação e outros elementos da comunidade educativa	Durante o ano			Fomentar a participação dos diversos intervenientes	Análise dos documentos produzidos, devendo neles constar a identificação dos representantes	Notícias no site Internet do agrupamento e na comunicação social local
	Iniciativas promovidas pela escola em resultado das sugestões apresenta- das pelos alunos, pessoal docente e não docente e restante comunidade	Durante o ano			Garantir que as sugestões válidas são aplicadas	Análise dos docu- mentos produzidos, devendo neles constar a identifi- cação dos represen- tantes	

Objetivos espe- cíficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
C1.1-Fomentar o sentido de pertença e de identificação com o Agru- pamento	Fomento da capacidade de atração da escola através da implementação e desenvolvimento de medidas intencionais que lhe permitam ser referência pela sua qualidade, gestão, acolhimento e profissionalismo	Durante o ano	Direção		Criação de documento basilar que operacionalize uma estratégia de comunicação, que faça chegar a toda a comunidade os valores e resultados que caracterizam o AESP.	Análise do documento produzido, e do seu reflexo no Relatório da Equipa de autoavaliação.	Relatório da equipa de autoavaliação
C1.2-Valorizar as lideranças intermédias	Reforço da articulação entre órgãos, respeitando o princípio da subsidiari- edade	Durante o ano I	e o ano Direção		Garantir a partici- pação de todas as lideranças intermé- dias do AESP na elaboração, decisão	Análise do Relató- rio	Relatório da equipa de autoavaliação
	Envolvimento e responsabilização das lideranças intermédias na definição e implementação de estratégias de melhoria dos resultados	Durante o ano			e processo de me- lhoria contínua do Agrupamento. Fomentar essa participação atra- vés da atribuição de responsabilida-		
	Definição e implementa- ção de estratégias de melhoria dos resultados	Durante o ano			des específicas.		

Objetivos espe- cíficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
C1.2-Valorizar as lideranças intermédias	Reforço da motivação e empenho das lideranças intermédias no desen- volvimento das tarefas	Durante o ano					
	Desenvolvimento de uma liderança e gestão participadas, valorizando a complementaridade das funções e responsa- bilidades para cumpri- mento das metas traça- das	Durante o ano					

Objetivos especí- ficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
C1.3-Reforçar o desenvolvimento de projetos, parcerias e soluções inovadoras	Adesão a projetos de âmbito local, nacional e internacional	Durante o ano	Coordenadores de projetos		Garantir a partici- pação em pelo menos três projetos nacionais e um internacional	Análise	Relatório
	Reforço dos protoco- los, parcerias e outras formas de associação com entidades públicas e/ou privadas para melhoria da prestação do serviço educativo	Durante o ano	Direção	Número de protocolos em vigor no ano letivo 2015/2016	Aumentar em 10% no triénio o número de protocolos	Comparar o número final com o ponto inicial	Relatório da equipa de autoavaliação
	Maior articulação e cooperação com outras escolas e/ou institui- ções do ensino superior	Durante o ano	Direção	Relatório 2015/2016	Garantir que o número global de eventos em parce- ria com entidades exteriores aumenta 5% / triénio	Relatório da Equi- pa de Autoavalia- ção	
	Divulgação das ações e dos resultados alcança- dos	Durante o ano	Direção	Número de intera- ções/publicações na página do AESP	Garantir o acréscimo de 10pb no triénio	Análise às publica- ções na página do AESP	
	Celebração de um contrato de autonomia	Durante o ano	Direção		Preparação de Contrato de Auto- nomia	Contrato de Autonomia assinado	

Objetivos espe- cíficos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
C1.4-Mobilizar os recursos da comunidade educativa	Estabelecimento de prioridades e de planos de ação para a resolução de problemas	Durante o ano	Direção		Garantir a partici- pação dos diversos atores da comuni- dade educativa		
	Envolvimento e responsabilização dos atores da comunidade educativa na tomada de decisão	Durante o ano	Direção			Análise do Relató- rio	
	Mobilização dos encar- regados de educação e de outros elementos da comunidade para a con- cretização de atividades e resolução de problemas das crianças/alunos e da escola	Durante o ano	Direção, docentes titular de grupo, professores titular de turma, direto- res de turma				
	Reforço dos protocolos e parcerias	Durante o ano	Direção	Número de protocolos em vigor no ano letivo 2015/2016	Aumentar em 10% no triénio o número de protocolos	Comparar o número final com o ponto inicial	Relatório da equipa de autoavaliação
	Levantamento dos diferentes recursos existentes na comunidade	Durante o ano	Direção		Elaboração de Inventário de re- cursos, físicos e imateriais	Relatório da Equi- pa de Autoavalia- ção	Relatório da equipa de autoavaliação

OBJETIVO GERAL C2- CONSOLIDAR PRÁTICAS DE GESTÃO

Objetivos específi- cos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
C2.1-Definir critérios e práticas de organização e afetação dos recursos em função dos princípios de	Planeamento ao nível das diferentes estruturas da escola, sustentado por diagnóstico que atenda aos recursos humanos e materiais, funcionamento e resultados	Início do ano letivo	Direção		Planificação escrita fundamentada	Análise documen- tal	Relatório da equipa de autoavaliação
equidade e justiça	Promoção da igualdade de oportunidades: participação dos alunos carenciados nas diversas atividades da escola, utilização de critérios equitativos na constituição dos grupos e das turmas e na elaboração de horários e acesso a todos os alunos de experiências escolares estimulantes Adoção de uma política ativa de inclusão sócio escolar das minorias culturais e sociais: implementação de medidas de discriminação positiva e estabelecimento de parcerias com entidades externas promotoras de inclusão				Garantir a equidade de tratamento e oportunidades	Análise documen- tal	

Objetivos es- pecíficos	Estratégias	Calendariza- ção	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
C2.1-Definir critérios e práticas de organização e afetação dos recursos em função dos	Definição de critérios de elaboração de horários e de distribuição de serviço docente e não docente				Os horários deverão ser definidos no primado do Aluno, garantindo o equilí- brio entre trabalho e vida pessoal dos demais interve- nientes sempre que possível		
princípios de equidade e justiça	Adequação das instalações, espaços e equipamentos às necessidades da escola				O espaço físico disponível deverá ser alocado de forma criteriosa e facilitadora do sucesso escolar.		
	Garantia da manutenção, segurança e salubrida- de: vistorias regulares às instalações e equipa- mentos, atualização do plano de emergên- cia/manual de segurança, realização de simula- cros e monitorização dos acidentes escolares				O Manual de Segurança e o Plano de Emergência devem ser do conhecimento de toda a comunidade, e ser cumpri- do com rigor.		
	Rentabilização dos espaços, recursos e equipamentos				Os espaços físicos deverão ser úteis, utilizados e dispo- níveis		
	Acesso das diferentes unidades educativas a recursos, espaços equipamentos e projetos						
	Garantia da coerência da gestão financeira com as linhas orientadoras definidas pelo Conselho Geral e o planeamento das atividades				A gestão financeira deverá ser rigorosa		

Objetivos específi- cos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
C2.2-Promover a melhoria do desenvolvimento	Levantamento das necessidades de formação	Durante o ano	Direção	Relatório anterior da equipa de	A formação e avaliação, no âmbito de processo de melhoria continua, deverão	Análise docu- mental	Relatório da equi- pa de autoavalia- ção
profissional do pessoal docente e não docente	Adequação das ações de formação às necessidades identificadas		autoavalia- ção	ser incentivadas e facilita- das pela direção do AESP, valorizando-se o acréscimo		,	
nao docente	Implementação de medidas específi- cas de acompanhamento para colma- tar dificuldades detetadas no desem- prenho profissional				de competências assim adquiridas, e discriminan- do-se positivamente os melhores contributos.		
	Garantia das condições para aplicação da avaliação do desempenho docente e não docente	_					
	Valorização das competências profissionais decorrentes da formação na distribuição de serviço docente e não docente						
	Valorização da dimensão educativa nos conteúdos funcionais do pessoal não docente						

Objetivos específi- cos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
C2.3-Garantir uma rede sequen- cial e diversificada da oferta de for- mação nos ensinos Básico e Secundá- rio	Diligência, junto das entidades competentes, solicitando o alargamento e diversificação das ofertas de educação e formação inicial, cursos profissionais e ações de formação contínua de adultos	Durante o ano	Direção	Oferta Atual	Dever-se-á alargar as op- ções formativas, que atra- vés de áreas novas de formação, quer através de disciplinas opcionais, de forma a aumentar a atrati- vidade do AESP.	Análise docu- mental	Relatórios
C2.4-Aumentar as competências digitais ao nível do acesso e tratamento da informação e melhorar os circuitos de informação e comunicação interna e externa	Otimização do uso das TIC em todas as unidades do Agrupamento e na relação com a comunidade educativa	Durante o ano	Direção - Assessores TIC		O domínio das Tecnologias de Informação deverá ser incentivado em toda a comunidade, facilitando a produção e o acesso à informação mais célere e eficaz	Análise docu- mental	Relatórios

Objetivos específi- cos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
C2.5-Reforçar a cultura de preven- ção e segurança nos estabelecimen- tos do Agrupa- mento	Garantia de manutenção, segurança e salubridade das instalações, vistorias regulares às instalações e equipamentos	Durante o ano	Direção e coordenadores de estabelecimento		O Manual de Segurança e o Plano de Emergência devem ser do conhecimento de toda a comunidade, e ser cumprido com rigor. Dever-se-á efetuar a sua revisão regular, assim como ações de formação sobre a temática da segurança	Análise docu- mental	Relatórios
	Atualização dos planos de segurança/emergência	Início do ano					
	Realização de simulacros	Durante o ano					
	Monitorização dos acidentes escola- res						
	Ações de formação sobre segurança escolar, higiene e segurança alimentar e segurança rodoviária						

Objetivos específi- cos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
C2.6-Melhorar as condições de trabalho nas instalações dos vários estabelecimentos do Agrupamento	Diálogo constante com a Câmara Municipal assegurando intervenções regulares para preserva- ção/conservação das instalações de cada estabelecimento de ensino	Durante o ano	Direção e coordenadores de estabelecimento	Situação Atual	As necessidades de intervenção deverão ser prontamente oficiadas ao Município.	Análise do- cumental	Atas do Conselho Geral
C2.7- Garantir a realização da obra de requalificação do edifício da EB e Secundária Sidó- nio Pais	Diálogo constante com a Câmara Municipal assegurando a aprovação da candidatura e financiamento pú- blico para a concretização da obra no edificio sede do Agrupamento	Durante o ano	Direção	Situação Atual	A obra, já objeto de apresentação pública, deverá ser acompanhada de perto pela direção, no sentido de se assegurar a sua execução e de se adaptar as necessidades do AESP.	Análise do- cumental	Atas do Conselho Geral

OBJETIVO GERAL C3- REFORÇAR A CULTURA DE AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA

Objetivos espe- cíficos	Estratégias	Calendarização	Responsá- veis	Ponto de Par- tida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
C3.1- Consolidar e alargar práti- cas de autoava-	Consolidação dos pontos fortes do Agrupamento	Durante o ano	Direção	Último relatório da equipa de autoavaliação	Os pontos fortes do Agrupamento deverão ser publicitados e defendidos	Análise documental	Relatório da equipa de auto- avaliação
liação	Implementação de ações de melhoria para superação/diminuição das dificuldades	Durante o ano	Direção	Último relatório da equipa de autoavaliação	As "Fraquezas" deverão se "Forças" através da implementação de ações de melhoria, no âmbito de ciclo de Deming a implementar	Análise documental	Relatório da equipa de auto- avaliação
	Aperfeiçoamento contínuo na reco- lha sistemática, tratamento e divul- gação de informação (questionários, dados estatísticos, análises, relató- rios)	Durante o ano	Equipa de autoavalia- ção	Último relatório da equipa de autoavaliação	A informação a obter deverá ser projetada, implementada e tratada, servindo de base a todo o processo de melhoria contínua.	Análise documental	Relatório da equipa de auto- avaliação
	Utilização dos resultados e intervenções de diversas entidades externas para processos de autoavaliação	Durante o ano	Equipa de autoavalia- ção	Último relatório da equipa de autoavaliação	O processo de autoavali- ação deverá utilizar toda a informação disponível, e sugerir outras com interesse	Análise documental	Relatório da equipa de auto- avaliação
	Reforço da adesão da comunidade escolar às estratégias de consolidação e melhoria	Durante o ano	Direção	Último relatório da equipa de autoavaliação	O processo de melhoria contínua deverá se publi- citado e relevado, no sentido de se obter a maior abrangência e amplitude possível	Análise documental	Relatório da equipa de auto- avaliação

Objetivos específicos	Estratégias	Calendariza- ção	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
Consolidar e alargar práticas de autoavaliação Utição defime Dirava Mo ava ges ção sio Ela pla	Identificação das oportunidades para aproveitamento das potencialidades	Durante o ano	Direção	Último relatório da equipa de autoavaliação	Implementa- ção de pro- cesso de melhoria	Análise docu- mental	Relatório da equipa de autoavaliação
	Identificação dos constrangimentos para minimização do seu impacto	Durante o ano	Direção	Último relatório da equipa de autoavaliação	contínua, com base em ciclo de		Relatório da equipa de autoavaliação
	Utilização dos resultados da avalia- ção externa e interna na conceção e definição de planos de ação para a melhoria	Durante o ano	Direção	Último relatório da equipa de autoavaliação	Deming ou outra meto- dologia con- siderada mais ade-		Relatório da equipa de autoavaliação
	Divulgação dos resultados da auto- avaliação de forma abrangente	Durante o ano	Direção	Último relatório da equipa de autoavaliação	quada		Relatório da equipa de autoavaliação
	Monitorização do impacto da auto- avaliação no planeamento e na gestão das atividades, na organiza- ção da escola e nas práticas profis- sionais	Durante o ano	Equipa de auto- avaliação	Último relatório da equipa de autoavaliação			Relatório da equipa de autoavaliação
	Elaboração e implementação de planos de melhoria	Durante o ano	Direção	Último relatório da equipa de autoavaliação			Relatório da equipa de autoavaliação
	Continuidade da formação em auto- avaliação	Durante o ano	Equipa de auto- avaliação	Último relatório da equipa de autoavaliação			Relatório da equipa de autoavaliação

Objetivos específicos	Estratégias	Calendarização	Responsáveis	Ponto de Partida	Meta	Métrica	Monitorização/ Indicadores
C3.2- Reforçar o envolvimento e a participa- ção da comu- nidade edu- cativa na	Continuação do funcionamento da equipa de avaliação interna com representação dos diversos atores da comunidade educativa	Durante o ano	Direção	Último relató- rio da equipa de autoavalia- ção	A equipa de Avalia- ção Interna deverá promover a participa- ção cada vez mais ativa dos diversos atores da comunidade educativa	Análise documental	Relatório da equipa de autoa- valiação
autoavaliação	Envolvimento da comunidade edu- cativa nas diferentes fases do pro- cesso de autoavaliação	Durante o ano	Equipa de auto- avaliação	Último relató- rio da equipa de autoavalia- ção			Relatório da equipa de autoa- valiação

VI- IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO

1. Instrumentos de implementação

O presente Projeto Educativo pretende tão-somente estabelecer linhas mestras de orientação para a ação sendo que as medidas práticas de atuação quer de administração, quer de natureza pedagógica, deverão ser concretizadas através ou em articulação com seguintes instrumentos de implementação:

- Regulamento Interno
- Planos Anuais de Atividades do Agrupamento
- Programa ECO-ESCOLA
- Projeto de Intervenção da Diretora
- Despacho Normativo de Organização do Ano letivo
- Projeto Curricular de Grupo
- Planos de Turma
- Planos de Melhoria das Bibliotecas Escolares
- Regulamento de Funcionamento das Atividades de Enriquecimento Curriculares (AEC's)
- Regimento Interno das Atividades de Animação e Apoio à Família
- Planos de Atividades das Associações de Pais.

2. Avaliação e Divulgação do PE

O órgão de **Direção** e todas as unidades da estrutura de coordenação educativa e supervisão pedagógica devem submeter o Projeto Educativo, ao longo da sua vigência, a um processo de monitorização do seu desenvolvimento e, periodicamente, proceder à aferição de metas alcançadas e dos objetivos atingidos. Compete ao **Conselho Geral** acompanhar e avaliar a execução do Projeto Educativo através das metodologias que entender pertinente implementar. Compete ao **Conselho Pedagógico** propor mecanismos de avaliação dos desempenhos organizacionais e dos docentes, bem como da aprendizagem dos alunos, credíveis e orientados para a melhoria da qualidade do serviço de educação prestado e dos resultados das aprendizagens. A **equipa de avaliação interna**, por sua vez, operacionaliza as orientações daqueles órgãos com o principal propósito de acompanhar e avaliar a implementação das estratégias previstas neste projeto e verificar se estão a ser alcançados os resultados pretendidos.

A análise crítica, reflexão e a autoavaliação devem ser instrumentos de aferição utilizados de forma contínua por todos os responsáveis, incidindo sobre os indicadores de desempenho coletivo da organização e as prestações de todos os intervenientes, bem como sobre os resultados da avaliação interna e externa do agrupamento.

Igualmente devem ser de forma frequente avaliados os processos estabelecidos e os procedimentos praticados visando identificar os problemas detetados no funcionamento do Agrupamento, com vista a apresentar ao Conselho Geral e ao Conselho Pedagógico recomendações de ajustamento ou correção do Plano de Ação estabelecido, de forma a ser constante o trajeto de aperfeiçoamento do serviço público de educação prestado pelo AESP à comunidade.

A divulgação do Projeto Educativo será feita através (1) dos órgãos do agrupamento (conselho geral, direção e conselho pedagógico, departamentos, conselho de docentes e conselho de diretores de turma, associações de pais, associação de estudantes; (2) da página Web do agrupamento; (3) da disponibilização do documento nas bibliotecas do agrupamento.

O Projeto Educativo entra em vigor no dia seguinte à sua aprovação em Conselho Geral e tem vigência para o triénio 2016-2019, mas poderá ser reformulado anualmente e sempre que se justifique.

VII - REFERÊNCIAS

Anuário Estatístico da Região Norte 2015 - CCDRN.

Azevedo, R. (coord.) (2011). *Projetos Educativos: Elaboração, Monitorização e Avaliação*, Guião de Apoio. Lisboa: ANQ, IP.

Carta Educativa do Concelho de Caminha (2006). Câmara Municipal de Caminha.

Decreto-Lei 43/89, de 3 de fevereiro.

Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de maio.

Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

Estatísticas Instituto Nacional de Estatística – INE.

Estatísticas PORDATA – Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Plano de Ação Estratégica do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, Caminha - Junho de 2016

Plano de Melhoria do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, Setembro de 2016.

Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Coura e Minho (2012-2015).

Projeto Educativo e Curricular do Agrupamento Vertical do Vale do Âncora (2010-2013).

Relatório de Avaliação Externa 2016 da Inspeção Geral de Educação. IGEC – ME.